

**PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO-CE
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO
PRELIMINAR**

**I
DOS RECURSOS**

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes ao cargo **01 – Recepcionista**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 001/2020 do CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO-CE.

**II
DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
ANÁLISE DOS RECURSOS**

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 03

Improcedem as alegações do recorrente.

Prezado candidato, no texto da sua contestação, há uma imprecisão na definição e na conceituação dos termos, pois **um artigo definido NUNCA pode exercer a função de um pronome oblíquo**, pois, embora sonoramente/graficamente similares, **pronome e artigo são duas classes de palavras distintas**. Apesar disso, um pronome pessoal só é oblíquo porque desenvolve um papel dentro da sentença: a função de complemento do verbo, e não de sujeito, papel que compete aos pronomes pessoais retos. No âmbito da sintaxe, **o pronome ELE** – que é uma unidade da unidade da morfologia – **assume a forma O, quando exerce a função de objeto direto**. Para maiores esclarecimentos sobre as classes de palavras e seus papéis sintáticos, consultar as obras mencionadas ao término desta resposta. Assim exposto, **INDEFERIMOS a solicitação apresentada no discurso. Mantém-se, portanto, o gabarito preliminar.**

Referências:

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37 ed. ver., ampl. e atual. conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís Felipe Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. 5 ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

INDEFERIDO

Questão 04

Improcedem as alegações do recorrente.

Prezado candidato, de fato, a palavra *bebê* é uma palavra oxítona, mas só isso não basta para que ela receba acento gráfico, pois as palavras *azul*, *paturi*, *assim*, *aqui*, *ali*, *urubu*, por exemplo, também são oxítonas, mas não recebem acento gráfico, pois não estão dentro do quadro de obrigatoriedade da acentuação gráfica conforme o Acordo Ortográfico vigente (SILVA, p. 2014)¹. Além disso, o emprego de um traço seguido de um vogal é uma convenção ortográfica e linguística usada quando se trata de indicar a terminação de uma palavra; deste modo, não está errado empregar a notação *-e* para indicar a vogal final da palavra *bebê*; errado seria fugir à norma e empregar a vogal entre parênteses, como pretende o candidato. Assim exposto, **INDEFERIMOS a solicitação apresentada no discurso. Mantém-se, portanto, o gabarito preliminar.**

Referências:

1. SILVA, Maurício. **O novo Acordo ortográfico da língua portuguesa: o que muda, o que não muda**. 2 ed. 6ª. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014.

INDEFERIDO

Questão 05

Improcedem as alegações do recorrente.

Prezado candidato, o texto da sua fundamentação reitera que a alternativa correta é aquela que diz: “***O texto apresenta apenas ocorrências de discurso direto***”, pois, no texto da prova, nenhuma fala reportada (no caso, as falas dos personagens) vem introduzida pelas mencionadas conjunções *que* e *se* (marcas prototípicas do discurso indireto) e todas as falas reportadas estão escritas entre aspas (uma das marcas do discurso direto). Assim exposto, **INDEFERIMOS a solicitação apresentada no discurso. Mantém-se, portanto, o gabarito preliminar.**

INDEFERIDO

Questão 10

Improcedem as alegações do recorrente.

Prezado candidato, as alternativas em questão estão escritas assim:

- ❖ São companhias constantes da faxineira que está desempregada, o medo e a insegurança.
- ❖ São companhias constantes da faxineira, que está desempregada o medo e a insegurança.

Perceba que na segunda alternativa há uma vírgula antes do pronome relativo *que*, enquanto na primeira alternativa não foi empregada vírgula antes do pronome relativo *que*, mas foi colocada depois da palavra *desempregada*. Portanto, **as alternativas não estão duplicadas**. Assim exposto, **INDEFERIMOS a solicitação apresentada no discurso. Mantém-se, portanto, o gabarito preliminar.**

INDEFERIDO

Questão 22

Procedem as alegações do recorrente.

$$\left(\frac{2}{3} \times \frac{9}{10}\right) = \frac{18}{30} = \frac{3}{5}$$
$$\left(\frac{4}{5} : \frac{20}{25}\right) = \frac{4}{5} \times \frac{25}{20} = \frac{100}{100} = 1$$
$$\frac{3}{5} - 1 = \frac{3}{5} - \frac{5}{5} = -\frac{2}{5}$$

Responde à questão a alternativa B (prova 01), alternativa C (prova 02), alternativa D (prova 03).

DEFERIDO.

Questão 27

Improcedem as alegações do recorrente.

O recurso não está devidamente fundamentado.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 28 (RETIFICAÇÃO)

Procedem as alegações do recorrente.

Procedem as alegações do recorrente ao afirmar que a afirmativa I é falsa, tendo em vista que a INTERNET é uma rede classificada como WAN (Rede de dimensão global) e conecta diversas outras redes em todo o mundo, através de estruturas robustas chamadas backbones. Entretanto, o recorrente não explicita no recurso, qual/ais afirmativa/as defende como correta.

Ressaltamos que ao revisar as considerações, identificamos que a afirmativa II também expressa um pressuposto falso, pois, é ao conectar-se à INTERNET, que a conexão traça uma rota até o serviço ou site desejado, passando pelo provedor de acesso e backbones, que por sua vez são as espinhas dorsais ou linhas de transmissão tronco, conectadas a roteadores de alta capacidade e com alta velocidade.

A afirmativa III também está falsa, pois a palavra correta seria “internet” e não intranet. Dessa forma, a questão torna-se NULA pois todos os itens são falsos e não há alternativa que contemple para tal resposta.

Referências:

Fonte: Réu, Junior; Evaldo Fernandes. Informática, redes e manutenção de computadores. IN: Manual de Informática Centro Paula Souza. v. 02. São Paulo: Fundação Padre Anchieta, 2010

QUESTÃO NULA

DEFERIDO

Questão 31

Improcedem as alegações do recorrente.

A função "CONT.SE" é utilizada para contar a quantidade de células que atendem a um determinado critério. No caso da questão em tela, solicita-se que seja contabilizado o número de células com valor maior que 40, nas células de A2 a A7. Assim, ao executar a função implementada, o número de vezes que um número maior que 40 aparece na lista de produtos, é **3 vezes**, motivo pelo qual, a banca indefere o presente recurso e mantém o gabarito.

INDEFERIDO

Questão 37

Procedem as alegações do recorrente.

Até a segunda edição do Manual de Redação da Presidência da República, haviam três tipos de expedientes que se diferenciavam antes pela finalidade do que pela forma: o ofício, o aviso e o memorando.

Com o objetivo de uniformizá-los, deve-se adotar nomenclatura e diagramação únicas, que sigam com o que chamamos de padrão ofício.

A distinção básica anterior entre os três era:

- a) aviso: era expedido exclusivamente por Ministros de Estado, para autoridades de mesma hierarquia;
- b) ofício: era expedido para e pelas demais autoridades; e
- c) memorando: era expedido entre unidades administrativas de um mesmo órgão.

Na 3ª edição do Manual ficou abolida aquela distinção e passou-se a utilizar o termo ofício nas três hipóteses.

Responde à questão a alternativa B (prova 01), a alternativa C (prova 02) e a alternativa D (prova 03).

DEFERIDO

Questão 39

Procedem as alegações do recorrente.

De acordo com o DECRETO Nº 9.758, de 11 de abril de 2019 (Dispõe sobre a forma de tratamento e de endereçamento nas comunicações com agentes públicos da administração pública federal), **Pronome de tratamento adequado:**

Art. 2º O único pronome de tratamento utilizado na comunicação com agentes públicos federais é **senhor**, independentemente do nível hierárquico, da natureza do cargo ou da função ou da ocasião.

Parágrafo único. O pronome de tratamento é flexionado para o feminino e para o plural.

Logo, há mais de uma alternativa correta para a questão.

QUESTÃO NULA

DEFERIDO

Questão 41

Não procedem as alegações do recorrente.

Na 3ª edição do Manual de Redação da Presidência da República afirma:

Em comunicações dirigidas aos Chefes de Poder, utiliza-se a expressão **Excelentíssimo Senhor ou Excelentíssima Senhora** e o cargo respectivo, seguidos de vírgula.

As demais autoridades, mesmo aquelas tratadas por Vossa Excelência, receberão o vocativo Senhor ou Senhora seguido do cargo respectivo.

Observe que para os Chefes de Poder, o **Excelentíssimo/Excelentíssima** precede o **senhor**.

INDEFERIDO

Questão 45

Procedem as alegações do recorrente.

O gabarito preliminar considerou que a segunda afirmativa era verdadeira, entretanto, é falsa pelas seguintes razões:

1º - O número da Lei é 8.069 e não 8.068;

2º - A referida Lei cita: Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e **dezoito anos de idade**.

Responde à questão a alternativa D (prova 01), a alternativa A (prova 02) e a alternativa B (prova 03).

DEFERIDO

Questão 48

Improcedem as alegações do recorrente.

De acordo com a Constituição Federal, os legisladores não podem apresentar projetos de lei que impliquem custos para o Poder Executivo. Por isso, quando têm alguma ideia para melhorar a cidade – mas que não pode ser apresentada em forma de projeto –, eles fazem uma **indicação**, ou seja, uma sugestão para a Prefeitura. Além disso, está entre as obrigações dos vereadores cobrar ações como a troca de lâmpadas nos postes e a pavimentação de ruas, o que eles fazem por meio de **pedidos de providências**.

Os **requerimentos** são os pedidos verbais ou escritos feitos pelos vereadores ou por comissões. Podem ser votos de congratulações, a criação de uma comissão especial, a realização de uma sessão solene, a convocação de secretários municipais para prestar informações e solicitação de informações à Prefeitura.

INDEFERIDO



III

DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo IX do Edital que rege este concurso. Fica reiterado que *“A Banca Examinadora se constitui na última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais”*.

Publique-se,

Fortaleza – CE, 08 de dezembro de 2020.

INSTITUTO CONSULPAM

**PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO-CE
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO
PRELIMINAR**

I

DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes ao cargo **02 – Auxiliar de Serviços Gerais**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 001/2020 do CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO-CE.

II

DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS

ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 01

Improcedem as alegações do recorrente.

Prezado candidato, **o narrador de um texto narrativo não é o autor da obra**; assim, no texto em questão, o narrador não é o autor chamado L.F.Riesemberg. De fato, consideremos as elucubrações de José Luiz Fiorin (2015, p. 51, grifos no original, acréscimos nossos)², que diz:

*“há dois níveis diferentes do eu: o ‘eu’ pressuposto e o ‘eu’ instaurado no enunciado. O ‘eu’ pressuposto é chamado **enunciador**. O **enunciador é sempre o ‘eu’ pressuposto, é o autor**. Além disso, há um ‘eu’ que conta a história [isto é, o que fala no texto], é um ‘eu’ que, explícita ou implicitamente está no interior do texto. **Esse ‘eu’ não é o enunciador, é um ‘eu’ diferente, é o narrador**”.*

Desse modo, há um *eu* que narra, uma ‘voz’ que diz “*eu*” no interior do texto narrativo. Autor e narrador são, portanto, duas instâncias diferentes e não se confundem. Todo texto narrativo tem, obrigatoriamente, um narrador, uma voz narrante. Essa voz narrante se manifesta por meio do emprego da primeira pessoa (*eu*), quando ela participa das situações narradas ou quando expõe seu ponto de vista sobre os fatos narrados. Quando, ao contrário, nem participa dos fatos narrados e nem se posiciona, mas apenas narra os fatos, essa voz emprega a terceira pessoa (*ele, ela, eles elas*), posto que esta voz é a prototípica da língua para se referir às pessoas que não participam do ato comunicativo (isto é, da interação entre um *eu* e um *tu*), pois um *alter* (um outro) só pode ser concebido a partir de um *ego* (um eu). Assim exposto, **INDEFERIMOS a solicitação apresentada no discurso. Mantém-se, portanto, o gabarito preliminar.**

INDEFERIDO

Questão 03

Improcedem as alegações do recorrente.

Prezado candidato, o enunciado da questão diz: “*Assinale a opção que apresenta a função do item sublinhado na sentença: “e a jovem mãe o balançava em seus braços”*”. Como podemos perceber, o enunciado deixa bem explícito que se trata do nível sintático, pois *função* e *sentença* são dois termos empregados para conceitos da sintaxe. A morfologia, como tal, fornece elementos das classes de palavras à sintaxe e, somente neste nível, estas unidades passam a exercer funções. Assim exposto, **INDEFERIMOS a solicitação apresentada no discurso. Mantém-se, portanto, o gabarito preliminar.**

INDEFERIDO

Questão 04

Improcedem as alegações do recorrente.

Prezado candidato, de fato, a palavra *bebê* é uma palavra oxítona, mas só isso não basta para que ela receba acento gráfico, pois as palavras *azul, sambaqui, paturi, assim, aqui, ali, urubu, cururu*, por exemplo, também são oxítonas, mas não recebem acento gráfico, pois não estão dentro do quadro de obrigatoriedade da acentuação gráfica conforme o

Acordo Ortográfico vigente (SILVA, p. 2014)¹. Assim exposto, **INDEFERIMOS a solicitação apresentada no discurso. Mantém-se, portanto, o gabarito preliminar.**

Referência:

1. PLATÃO, Francisco; FIORIN, José Luiz. **Para entender o texto:** leitura e redação. 16 ed., 5ª. impressão. São Paulo: Ática, 2002.

INDEFERIDO

Questão 07

Improcedem as alegações do recorrente.

Prezado candidato, se observamos atentamente as questão, podemos perceber que não existem alternativas repetidas, pois um item apresenta a seguinte expressão “*Região Central*”, em que as duas palavras estão grafadas com iniciais maiúsculas, e o outro item apresenta a expressão “*Região central*”, em que apenas a primeira palavra está grafada com maiúscula.

Em outra argumentação, ressaltamos que o vocábulo *a*, que precede a palavra *rua*, é um **artigo definido**, e não uma preposição. De fato, seria gramaticalmente impossível uma construção do tipo, em que duas preposições estivessem lado a lado antecedendo, ambas, um substantivo. Assim exposto, **INDEFERIMOS a solicitação apresentada no discurso. Mantém-se, portanto, o gabarito preliminar.**

INDEFERIDO

Questão 11

Improcedem as alegações do recorrente.

Os recursos apresentados não foram fundamentados.
Soleado é a flexão do verbo solear no particípio.

INDEFERIDO

Questão 13

Improcedem as alegações do recorrente.

A colocação dos pronomes átonos, em relação ao verbo ao qual se agregam, ocorre de três formas, conforme indica o prefixo sublinhado na denominação:

1. **Próclise**: o pronome se posiciona antes do verbo.
2. **Mesóclise**: o pronome se posta ao meio do verbo.
3. **Ênclise**: o pronome se coloca após o verbo.

Para haver próclise, o pronome átono é colocado antes do verbo quando for precedido de:

- a) Palavra negativa.
- b) Pronome relativo.
- c) Conjunção subordinativa.
- d) Pronome interrogativo.
- e) Advérbio ou expressão adverbial.
- f) Numeral ou pronome indefinido.
- g) Preposição “em”

A formação “Te chamaram para a Missa” está errada pois não se inicia uma oração com pronome oblíquo átomo.

INDEFERIDO

Questão 18

Improcedem as alegações do recorrente.

Como são dois caixas atendendo, logo cada caixa irá atender 10 pessoas, então João será o décimo da fila de algum caixa, logo $(10 - 1) \times 5$ minutos = $9 \times 5 = 45$ minutos.

INDEFERIDO

Questão 22

Procedem as alegações do recorrente.

$$\begin{aligned}\left(\frac{2}{3} \times \frac{9}{10}\right) &= \frac{18}{30} = \frac{3}{5} \\ \left(\frac{4}{5} : \frac{20}{25}\right) &= \frac{4}{5} \times \frac{25}{20} = \frac{100}{100} = 1 \\ \frac{3}{5} - 1 &= \frac{3}{5} - \frac{5}{5} = -\frac{2}{5}.\end{aligned}$$

Por um equívoco, o gabarito preliminar da prova 02 ficou distinto das demais.

Responde à questão a alternativa B (prova 01), alternativa C (prova 02), alternativa D (prova 03).

DEFERIDO.

Questão 36

Improcedem as alegações do recorrente.

O argumento utilizado pelo/a recorrente extrapola o conceito de “manutenções simples”, pois, segundo o dicionário Michaelis online, manutenção é o ato de conservar ou de fazer durar algo em bom estado; preservação. Do exposto, o fato de constar na descrição sumária das atividades do porteiro que o mesmo pode realizar manutenções simples nos locais de trabalho, não significa que materiais de construção devam fazer parte do seu ambiente de trabalho, principalmente, para que não se configure acúmulo de funções impróprias ao profissional. Tal fato justifica o indeferimento do recurso interposto em relação ao gabarito oficial deste certame.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 43

Improcedem as alegações do recorrente.

O recurso não está devidamente fundamentado.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

III

DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo IX do Edital que rege este concurso. Fica reiterado que “*A Banca Examinadora se constitui na última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais*”.

Publique-se,

Fortaleza – CE, 07 de dezembro de 2020.

INSTITUTO CONSULPAM

**PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO-CE
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO
PRELIMINAR**

I

DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes ao cargo **03 – Porteiro**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 001/2020 do CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO-CE.

II

DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS

ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 01

Improcedem as alegações do recorrente.

Prezado candidato, **o narrador de um texto narrativo não é o autor da obra**; assim, no texto em questão, o narrador não é o autor chamado L.F.Riesemberg. De fato, consideremos as elucubrações de José Luiz Fiorin (2015, p. 51, grifos no original, acréscimos nossos)², que diz:

*“há dois níveis diferentes do eu: o ‘eu’ pressuposto e o ‘eu’ instaurado no enunciado. O ‘eu’ pressuposto é chamado **enunciador**. O **enunciador é sempre o ‘eu’ pressuposto, é o autor**. Além disso, há um ‘eu’ que conta a história [isto é, o que fala no texto], é um ‘eu’ que, explícita ou implicitamente está no interior do texto. **Esse ‘eu’ não é o enunciador, é um ‘eu’ diferente, é o narrador**”.*

Desse modo, há um *eu* que narra, uma ‘voz’ que diz “*eu*” no interior do texto narrativo. Autor e narrador são, portanto, duas instâncias diferentes e não se confundem. Todo texto narrativo tem, obrigatoriamente, um narrador, uma voz narrante. Essa voz narrante se manifesta por meio do emprego da primeira pessoa (*eu*), quando ela participa das situações narradas ou quando expõe seu ponto de vista sobre os fatos narrados. Quando, ao contrário, nem participa dos fatos narrados e nem se posiciona, mas apenas narra os fatos, essa voz emprega a terceira pessoa (*ele, ela, eles elas*), posto que esta voz é a prototípica da língua para se referir às pessoas que não participam do ato comunicativo (isto é, da interação entre um *eu* e um *tu*), pois um *alter* (um outro) só pode ser concebido a partir de um *ego* (um eu). Assim exposto, **INDEFERIMOS a solicitação apresentada no discurso. Mantém-se, portanto, o gabarito preliminar.**

INDEFERIDO

Questão 03

Improcedem as alegações do recorrente.

Prezado candidato, o enunciado da questão diz: “*Assinale a opção que apresenta a função do item sublinhado na sentença: “e a jovem mãe o balançava em seus braços”*”. Como podemos perceber, o enunciado deixa bem explícito que se trata do nível sintático, pois *função* e *sentença* são dois termos empregados para conceitos da sintaxe. A morfologia, como tal, fornece elementos das classes de palavras à sintaxe e, somente neste nível, estas unidades passam a exercer funções. Assim exposto, **INDEFERIMOS a solicitação apresentada no discurso. Mantém-se, portanto, o gabarito preliminar.**

INDEFERIDO

Questão 04

Improcedem as alegações do recorrente.

Prezado candidato, de fato, a palavra *bebê* é uma palavra oxítona, mas só isso não basta para que ela receba acento gráfico, pois as palavras *azul, sambaqui, paturi, assim, aqui, ali, urubu, cururu*, por exemplo, também são oxítonas, mas não recebem acento gráfico, pois não estão dentro do quadro de obrigatoriedade da acentuação gráfica conforme o Acordo Ortográfico vigente (SILVA, p. 2014)¹. Assim exposto, **INDEFERIMOS a solicitação apresentada no discurso. Mantém-se, portanto, o gabarito preliminar.**

Referências:

1. PLATÃO, Francisco; FIORIN, José Luiz. **Para entender o texto**: leitura e redação. 16 ed., 5ª. impressão. São Paulo: Ática, 2002.

INDEFERIDO

Questão 07

Improcedem as alegações do recorrente.

Prezado candidato, se observamos atentamente as questão, podemos perceber que não existem alternativas repetidas, pois um item apresenta a seguinte expressão **“Região Central”**, em que as duas palavras estão grafadas com iniciais maiúsculas, e o outro item apresenta a expressão **“Região central”**, em que apenas a primeira palavra está grafada com maiúscula. Assim exposto, **INDEFERIMOS a solicitação apresentada no discurso. Mantém-se, portanto, o gabarito preliminar.**

INDEFERIDO

Questão 11

Improcedem as alegações do recorrente.

Os recursos apresentados não foram fundamentados.
Soleado é a flexão do verbo solear no particípio.

INDEFERIDO

Questão 13

Improcedem as alegações do recorrente.

A colocação dos pronomes átonos, em relação ao verbo ao qual se agregam, ocorre de três formas, conforme indica o prefixo sublinhado na denominação:

4. **Próclise**: o pronome se posiciona antes do verbo.
5. **Mesóclise**: o pronome se posta ao meio do verbo.
6. **Ênclise**: o pronome se coloca após o verbo.

Para haver próclise, o pronome átono é colocado antes do verbo quando for precedido de:

- a) Palavra negativa.
- b) Pronome relativo.
- c) Conjunção subordinativa.
- d) Pronome interrogativo.
- e) Advérbio ou expressão adverbial.
- f) Numeral ou pronome indefinido.
- g) Preposição “em”

A formação “Te chamaram para a Missa” está errada pois não se inicia uma oração com pronome oblíquo átomo.

INDEFERIDO

Questão 18

Improcedem as alegações do recorrente.

Como são dois caixas atendendo, logo cada caixa irá atender 10 pessoas, então João será o décimo da fila de algum caixa, logo $(10 - 1) \times 5$ minutos = $9 \times 5 = 45$ minutos.

INDEFERIDO

Questão 22

Procedem as alegações do recorrente.

$$\left(\frac{2}{3} \times \frac{9}{10}\right) = \frac{18}{30} = \frac{3}{5}$$
$$\left(\frac{4}{5} : \frac{20}{25}\right) = \frac{4}{5} \times \frac{25}{20} = \frac{100}{100} = 1$$
$$\frac{3}{5} - 1 = \frac{3}{5} - \frac{5}{5} = -\frac{2}{5}$$

Por um equívoco, o gabarito preliminar da prova 02 ficou distinto das demais.

Responde à questão a alternativa B (prova 01), alternativa B (prova 02), alternativa D (prova 03).

DEFERIDO.

Questão 36

Improcedem as alegações do recorrente.

O argumento utilizado pelo/a recorrente extrapola o conceito de “manutenções simples”, pois, segundo o dicionário Michaelis online, manutenção é o ato de conservar ou de fazer durar algo em bom estado; preservação. Do exposto, o fato de constar na descrição sumária das atividades do porteiro que o mesmo pode realizar manutenções simples nos locais de trabalho, não significa que materiais de construção devam fazer parte do seu ambiente de trabalho, principalmente, para que não se configure acúmulo de funções impróprias ao profissional. Tal fato justifica o indeferimento do recurso interposto em relação ao gabarito oficial deste certame.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 43

Improcedem as alegações do recorrente.

O recurso não está devidamente fundamentado. Ademais, o Manual de Primeiros Socorros do Ministério da Saúde – Fundação Oswaldo Cruz (2003), define parada cardio-respiratória como a interrupção repentina da função de bombeamento cardíaco, que pode ser constatada pela falta de batimentos do acidentado (ao encostar o ouvido na região anterior e observar o movimento do tórax do acidentado), conforme consta na afirmativa I da questão, objeto do recurso; : movimentos torácicos e abdominais com entrada e saída de ar normalmente pelas narinas ou boca, ruído da respiração(afirmativa II); pulso ausente (não se consegue palpar o pulso) e ainda quando houver **DILATAÇÃO** - e não a **CONTRAÇÃO** (como consta na afirmativa III) - da pupila, que por sua vez, é uma abertura no centro da íris, cuja função principal é controlar a entrada de luz no olho para a formação das imagens que vemos. Por fim, o referido manual deixa claro ainda que a contração das pupilas ocorre quando estas são expostas à luz, contrariando o argumento sem fundamento do/a recorrente quando afirma que a contração das pupilas ocorre independente condição de luz. Assim, havendo pouca ou quase nenhuma luz a pupila se dilata, fica aberta. Quando a pupila está totalmente dilatada, é sinal de que o cérebro não está recebendo oxigênio.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

III

DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo IX do Edital que rege este concurso. Fica reiterado que “*A Banca Examinadora se constitui na última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais*”.

Publique-se,

Fortaleza – CE, 07 de dezembro de 2020.

INSTITUTO CONSULPAM

**PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO-CE
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO
PRELIMINAR**

I

DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes ao cargo **04 – Vigia**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 001/2020 do CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO-CE.

II

DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS

ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 01

Improcedem as alegações do recorrente.

Prezado candidato, **o narrador de um texto narrativo não é o autor da obra**; assim, no texto em questão, o narrador não é o autor chamado L.F.Riesemberg. De fato, consideremos as elucubrações de José Luiz Fiorin (2015, p. 51, grifos no original, acréscimos nossos)², que diz:

*“há dois níveis diferentes do eu: o ‘eu’ pressuposto e o ‘eu’ instaurado no enunciado. O ‘eu’ pressuposto é chamado **enunciador**. O **enunciador é sempre o ‘eu’ pressuposto, é o autor**. Além disso, há um ‘eu’ que conta a história [isto é, o que fala no texto], é um ‘eu’ que, explícita ou implicitamente está no interior do texto. **Esse ‘eu’ não é o enunciador, é um ‘eu’ diferente, é o narrador**”.*

Desse modo, há um *eu* que narra, uma ‘voz’ que diz “*eu*” no interior do texto narrativo. Autor e narrador são, portanto, duas instâncias diferentes e não se confundem. Todo texto narrativo tem, obrigatoriamente, um narrador, uma voz narrante. Essa voz narrante se manifesta por meio do emprego da primeira pessoa (*eu*), quando ela participa das situações narradas ou quando expõe seu ponto de vista sobre os fatos narrados. Quando, ao contrário, nem participa dos fatos narrados e nem se posiciona, mas apenas narra os fatos, essa voz emprega a terceira pessoa (*ele, ela, eles elas*), posto que esta voz é a prototípica da língua para se referir às pessoas que não participam do ato comunicativo (isto é, da interação entre um *eu* e um *tu*), pois um *alter* (um outro) só pode ser concebido a partir de um *ego* (um eu). Assim exposto, **INDEFERIMOS a solicitação apresentada no discurso. Mantém-se, portanto, o gabarito preliminar.**

INDEFERIDO

Questão 02

Improcedem as alegações do recorrente.

Prezado candidato, o conteúdo em questão faz parte dos conhecimentos sobre **compreensão e interpretação de texto**, como bem assinalado no edital. **INDEFERIMOS a solicitação apresentada no discurso. Mantém-se, portanto, o gabarito preliminar.**

INDEFERIDO

Questão 03

Improcedem as alegações do recorrente.

Prezado candidato, o enunciado da questão diz: “*Assinale a opção que apresenta a função do item sublinhado na sentença: “e a jovem mãe o balançava em seus braços”*”. Como podemos perceber, o enunciado deixa bem explícito que se trata do nível sintático, pois *função* e *sentença* são dois termos empregados para definir conceitos da sintaxe. Assim exposto, **INDEFERIMOS a solicitação apresentada no discurso. Mantém-se, portanto, o gabarito preliminar.**

INDEFERIDO

Questão 04

Improcedem as alegações do recorrente.

Prezado candidato, consideramos improcedente a fundamentação do recurso, pois, de acordo com o Acordo Ortográfico em vigência (SILVA, 2014, p. 72-73, 77-78)¹, recebem acento gráfico apenas **as palavras oxítonas terminadas em –a, –e e –o, seguidas ou não de –s; as vogais –i e –u oxítonas recebem acento gráfico apenas quando não formam ditongo com uma vogal anterior, caso em que se configura como a segunda vogal de um hiato** (ex. baú, Luís). Deste modo, compreende-se que nem todo dissílabo oxítono deve ser acentuado. De fato, as palavras *caju*, *azul*, *assim*, *caqui*, *tatu*, *buiú*, por exemplo, são dissílabas oxítonas e nem por isso recebem acento gráfico, pois não estão dentro do quadro das regras de acentuação gráfica. Assim exposto, **INDEFERIMOS a solicitação apresentada no discurso. Mantém-se, portanto, o gabarito preliminar.**

Referência:

1. SILVA, Maurício. **O novo Acordo ortográfico da língua portuguesa: o que muda, o que não muda.** 2 ed. 6ª. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2014.

INDEFERIDO

Questão 05

Improcedem as alegações do recorrente.

Prezado candidato, de acordo com Francisco Platão e José Luiz Fiorin (2002, p. 182-183)¹, tanto o discurso direto quanto o discurso indireto vêm sempre introduzidos por um verbo *dicendi* (ex. dizer, falar, asseverar, afirmar, responder, retrucar e outros do mesmo tipo). Contudo, o discurso indireto se diferencia do indireto porque este é sempre introduzido por uma partícula introdutória, geralmente a conjunção *que* ou *se*, enquanto aquele é sempre precedido por dois pontos ou travessão ou inserido entre aspas, como no caso do texto da prova. De fato, neste texto, nenhuma fala reportada vem introduzida pelas supracitadas conjunções, o que justifica a assertiva da alternativa correta: **o texto apresenta apenas ocorrências de discurso direto.** Assim exposto, **INDEFERIMOS a solicitação apresentada no discurso. Mantém-se, portanto, o gabarito preliminar.**

Referência:

1. PLATÃO, Francisco; FIORIN, José Luiz. **Para entender o texto: leitura e redação.** 16 ed., 5ª. impressão. São Paulo: Ática, 2002.

INDEFERIDO

Questão 06

Improcedem as alegações do recorrente.

Prezado candidato, o texto diz o seguinte sobre Marcela: *“ela relatou que vivia na favela do Cimento, na Avenida Radial Leste, incendiada em março do ano passado”*. Podemos compreender, portanto, que Marcela teve sua casa incendiada no incêndio que assolou a favela onde residia. Logo, foi vítima de uma grande tragédia. Depois disso, teve que se submeter a morar na rua e a sobreviver de doações. Ora, se não se pode mais considerar que perder a casa em um incêndio é uma tragédia, a sociedade precisará rever seus valores morais, éticos, civis e culturais a fim de ressignificar os sentidos que a palavra *tragédia* possa ter. Quanto a outra alternativa, perceba que no trecho *“[...] contou Marcela, que vive com o desabrigado Rogério e tem filhos de outro casamento”*, o pronome relativo *que* retoma o nome *Marcela*, funcionando como sujeito da oração seguinte, assim: *Marcela vive com o desabrigado Rogério*. A conjunção *e* adiciona a segunda informação à primeira, assim: *Marcela vive [...] e tem filhos de outro casamento*. Caso fosse Rogério quem tivesse filhos de outro casamento, seria necessário expressar essa informação por meio de algum recurso linguístico, como por meio do emprego de um pronome relativo, tal como se expressou a informação sobre Marcela, assim: *“[...] contou Marcela, que vive com o desabrigado Rogério, que tem filhos de outro casamento”*. Além disso, o texto também diz que *“Ela vive com medo de perder as crianças, um menino de 3 anos e uma bebê de colo”*; ora, tal informação se refere aos seus filhos de outro casamento, anterior à sua relação com Rogério. Assim exposto, **INDEFERIMOS a solicitação apresentada no discurso. Mantém-se, portanto, o gabarito preliminar.**

INDEFERIDO

Questão 11

Improcedem as alegações do recorrente.

Os recursos apresentados não foram fundamentados.

A composição das palavras derivadas ocorre por meio de cinco tipos de derivação: parassintética, sufixal, prefixal, imprópria e regressiva.

- **Derivação Parassintética** (prefixo + radical + sufixo) - Acréscimo de prefixo e sufixo à palavra primitiva. Exemplo: **anoitecer, enraivecer**.

- **Derivação Sufixal** (radical + sufixo) - Acréscimo de sufixo à palavra primitiva. Exemplo: **felizmente**, **alegremente**.
- **Derivação Prefixal** (prefixo + radical) - Acréscimo de prefixo à palavra primitiva. Exemplo: **reorganizar**, **refazer**.
- **Derivação Imprópria** - Mudança de classe de palavra sem que a forma primitiva seja alterada. Exemplo: O **balançar** de sua cabeça indicou sua decepção. (verbo torna-se substantivo)
- **Derivação Regressiva** - Redução da palavra primitiva. Nesse processo tem-se os substantivos denominados "deverbais", ou seja, palavras que derivam de verbos. Exemplo: **trabalho**, derivado do verbo trabalhar.

INDEFERIDO

Questão 13

Improcedem as alegações do recorrente.

A colocação dos pronomes átonos, em relação ao verbo ao qual se agregam, ocorre de três formas, conforme indica o prefixo sublinhado na denominação:

1. **Próclise**: o pronome se posiciona antes do verbo.
2. **Mesóclise**: o pronome se posta ao meio do verbo.
3. **Ênclise**: o pronome se coloca após o verbo.

Para haver próclise, o pronome átono é colocado antes do verbo quando for precedido de:

- a) Palavra negativa.
- b) Pronome relativo.
- c) Conjunção subordinativa.
- d) Pronome interrogativo.
- e) Advérbio ou expressão adverbial.
- f) Numeral ou pronome indefinido.
- g) Preposição “em”

A formação “Te chamaram para a Missa” está errada pois não se inicia uma oração com pronome oblíquo átomo.

INDEFERIDO

Questão 14

Improcedem as alegações do recorrente.

O conteúdo é **sintaxe de colocação** e está previsto em edital.

INDEFERIDO

Questão 15

Improcedem as alegações do recorrente.

O conteúdo é **sintaxe de colocação** e está previsto em edital.

INDEFERIDO

Questão 18

Improcedem as alegações do recorrente.

Como são dois caixas atendendo, logo cada caixa irá atender 10 pessoas, então João será o décimo da fila de algum caixa, logo $(10 - 1) \times 5 \text{ minutos} = 9 \times 5 = 45 \text{ minutos}$.

INDEFERIDO

Questão 22

Procedem as alegações do recorrente.

$$\left(\frac{2}{3} \times \frac{9}{10}\right) = \frac{18}{30} = \frac{3}{5}$$
$$\left(\frac{4}{5} : \frac{20}{25}\right) = \frac{4}{5} \times \frac{25}{20} = \frac{100}{100} = 1$$
$$\frac{3}{5} - 1 = \frac{3}{5} - \frac{5}{5} = -\frac{2}{5}$$

Responde à questão a alternativa B (prova 01), alternativa C (prova 02), alternativa D (prova 03).

DEFERIDO.

Questão 23

Improcedem as alegações do recorrente.

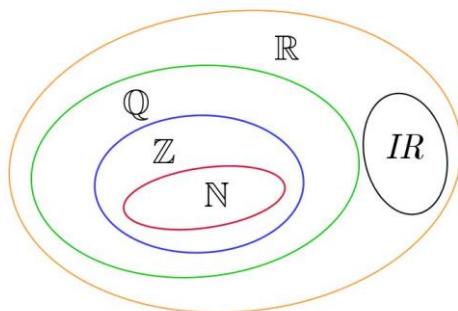
Trinta mil e um = 30 001, logo se usa 5 algarismos.

INDEFERIDO

Questão 25

Improcedem as alegações do recorrente.

De acordo com o diagrama abaixo, o conjunto dos números inteiros está contido no conjunto dos números racionais.



INDEFERIDO

Questão 31

Improcedem as alegações do recorrente.

Não há atecnia em se falar de acesso de pessoas não autorizadas em uma repartição pública. São inúmeros os casos de pessoas que tentam adentrar em lugares restritos, não observando, portanto, os ditames restritivos. Não cabe ao vigia rechaçar com violência. O vigia orienta e tenta persuadir, mas se houver iminente perigo ou emprego de força desproporcional, deve o mesmo solicitar força policial. Vigia não faz segurança armada

ou muito menos substitui força policial, embora muitos façam essa confusão funcional. Assim, está mantido o gabarito e as definições de verdadeiro e falso atribuídas a cada item.

INDEFERIDO

Questão 33

Improcedem as alegações do recorrente.

O termo estática, quando atribuído ao vigia, significa dizer que sua função tem limites bem definidos, dentro do caráter de observação e fiscalização. Ele pode realizar rondas, mas encontrado algo que ultrapasse a sua capacidade de ação, deve o mesmo solicitar ajuda de profissionais capacitados para tanto. Mantenha-se o gabarito e todos os itens incorretos.

INDEFERIDO

Questão 36

Improcedem as alegações do recorrente.

Habitual em termos profissionais significa, regularmente, **via de regra**. Mantenha-se o gabarito e o único item incorreto versa que: Criar formas alternativas e pessoais de comunicação e trabalho.

INDEFERIDO

Questão 37

Improcedem as alegações do recorrente.

Há uma diferença clara e jurídica entre invasor e criminoso. Invasor é o indivíduo que, não tendo por hábito fazê-lo e não sendo condenado por este tipo de crime, tenta adentrar indevidamente um local e por não ter hábito de tal, procura esse tipo de entrada. Já os criminosos, condenados, contumazes nesse tipo de atividade,

pelo grande conhecimento do ilícito, evitam essas áreas. Mantenha-se o gabarito e todos os itens estão corretos.

INDEFERIDO

Questão 38

Improcedem as alegações do recorrente.

A questão aponta alguns itens procedimentais e apenas um deles é uma exceção, segue o que não está correto: **Apontar o trajeto interno ao visitante e, depois que este se dirigir ao local requerido, avisar ao visitado.** Deve-se avisar ao visitado antes de liberar a entrada do visitante. Mantenha-se o gabarito e os demais itens, excetuando o citado aqui, todos estão corretos.

INDEFERIDO

Questão 39

Improcedem as alegações do recorrente.

A questão apresenta em seus quatro itens uma sequência extremamente lógica de como gerar primeiros socorros de forma segura e o que fazer de forma inicial. A única incorreção está no item: **Após ter certeza de que a situação não irá piorar por causa de fatores externos e de que a ajuda profissional está a caminho, é hora de garantir que a vítima consiga esperar com vida.** Este cuidado deve levar em conta apenas aspectos físicos. Não são apenas fatores físicos, temos em casos assim, um forte abalo no fator psíquico-emocional.

INDEFERIDO

Questão 41

Improcedem as alegações do recorrente.

Mesmo nas queimaduras de primeiro grau podem surgir pequenas bolhas, e estas não devem ser estouradas. Único item incorreto: **Caso surjam bolhas, estourá-las para facilitar a cicatrização.** Mantenha-se o gabarito e as demais alternativas estão corretas.

INDEFERIDO

Questão 42

Improcedem as alegações do recorrente.

Dos itens elencados, três não são desejáveis para um bom desenvolvimento do trabalho de vigia: absenteísmo, informalidade e dependência (aqui no sentido de não tomar iniciativa).

INDEFERIDO

Questão 45

Improcedem as alegações do recorrente.

Vejamos os itens:

- A - Botas de proteção.
- B - Trajes para Combate a princípios de Incêndio.
- C - Luvas e Avental anti-choque.
- D - Protetor Auricular.

Botas podem ser utilizadas quando houver necessidade de caminhar em terreno com lama, nas épocas de chuvas. Trajes protetivos contra fogo, em caso de incêndio, também é plausível. Protetor auricular, pode e deve ser usado se houver barulho decorrente de obra ou outro qualquer. Porém, luvas e avental anti-choque só são utilizadas por eletricitistas em trabalhos de reparo e instalação elétrica em alta tensão.

INDEFERIDO

Questão 46

Improcedem as alegações do recorrente.

A questão em tela não limita a apresentação pessoal às questões básicas de higiene pessoal.

Entretanto, a apresentação pessoal é algo muito importante. A impressão é uma coisa muito importante, e um funcionário desleixado, não passa a credibilidade e a segurança que os moradores e seguranças querem sentir.

Portanto, os cuidados pessoais incluem as questões básicas de higiene pessoal, padronização e cuidados na utilização do uniforme, de brincos e adereços, e o uso de barbas, bigodes e cavanhaques.

INDEFERIDO

III

DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo IX do Edital que rege este concurso. Fica reiterado que *“A Banca Examinadora se constitui na última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais”*.

Publique-se,

Fortaleza – CE, 07 de dezembro de 2020.

INSTITUTO CONSULPAM

**PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO-CE
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO
PRELIMINAR**

I

DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes ao cargo **05 – Gari**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 001/2020 do CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO-CE.

II

DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS

ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 03

Improcedem as alegações do recorrente.

Prezado candidato, o enunciado da questão diz: *“Assinale a opção que apresenta a função do item sublinhado na sentença: “e a jovem mãe o balançava em seus braços”*. Como podemos perceber, o enunciado deixa bem explícito que se trata do nível sintático, pois *função* e *sentença* são dois termos empregados para definir conceitos da sintaxe. Assim exposto, **INDEFERIMOS a solicitação apresentada no discurso. Mantém-se, portanto, o gabarito preliminar.**

INDEFERIDO

Questão 07

Improcedem as alegações do recorrente.

Prezado candidato, se observamos atentamente as questão, podemos perceber que não existem alternativas repetidas, pois um item apresenta a seguinte expressão “*Região Central*”, em que as duas palavras estão grafadas com iniciais maiúsculas, e o outro item apresenta a expressão “*Região central*”, em que apenas a primeira palavra está grafada com maiúscula.

Em outra argumentação, ressaltamos que o vocábulo *a*, que precede a palavra *rua*, é um **artigo definido**, e não uma preposição. De fato, seria gramaticalmente impossível uma construção do tipo, em que duas preposições estivessem lado a lado antecedendo, ambas, um substantivo. Assim exposto, **INDEFERIMOS a solicitação apresentada no discurso. Mantém-se, portanto, o gabarito preliminar.**

INDEFERIDO

Questão 22

Procedem as alegações do recorrente.

$$\begin{aligned}\left(\frac{2}{3} \times \frac{9}{10}\right) &= \frac{18}{30} = \frac{3}{5} \\ \left(\frac{4}{5} \div \frac{20}{25}\right) &= \frac{4}{5} \times \frac{25}{20} = \frac{100}{100} = 1 \\ \frac{3}{5} - 1 &= \frac{3}{5} - \frac{5}{5} = -\frac{2}{5}.\end{aligned}$$

Responde à questão a alternativa B (prova 01), alternativa C (prova 02), alternativa D (prova 03).

DEFERIDO.



III

DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo IX do Edital que rege este concurso. Fica reiterado que *“A Banca Examinadora se constitui na última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais”*.

Publique-se,

Fortaleza – CE, 07 de dezembro de 2020.

INSTITUTO CONSULPAM

**PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO-CE
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO
PRELIMINAR**

I

DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes ao cargo **06 – Fiscal Auxiliar Ambiental e Controle Urbano**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 001/2020 do CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO-CE.

II

DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS

ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 03

Improcedem as alegações do recorrente.

Prezado candidato, o termo em questão está sim ligado a um nome, no caso, a palavra *doença*, assim: *aquela que ocorre quando diversos bairros apresentam certa doença*. De fato, se colocarmos a palavra *doença* no plural, o vocábulo *certa* também deverá ir para o plural, concordando com ela, assim: *certas doenças*. Assim exposto, **INDEFERIMOS a solicitação apresentada no discurso. Mantém-se, portanto, o gabarito preliminar.**

INDEFERIDO

Questão 14

Improcedem as alegações do recorrente.

Nas questões matemáticas, é comum o uso das respostas por aproximação do resultado.

INDEFERIDO

Questão 14

Improcedem as alegações do recorrente.

Nas questões matemáticas, é comum o uso das respostas por aproximação do resultado.

INDEFERIDO

Questão 16

Improcedem as alegações do recorrente.

Nas questões matemáticas, é comum o uso das respostas por aproximação do resultado.

INDEFERIDO

Questão 23

Procedem as alegações do recorrente.

O artigo cobrado da CF/88 não está elencado no conteúdo programático.

QUESTÃO NULA

DEFERIDO

Questão 36

Improcedem as alegações do recorrente.

A coleta seletiva é abordada em diversos artigos da Lei 12.305/2010, (Art. 3º; Art. 8º; Art. 16º; Art. 17º; Art. 18º; Art. 19º; Art. 35º; Art. 36º e Art. 42º). Todas as assertivas foram elaboradas em conformidade com a lei, sendo improcedente as alegações do recorrente.

**Pedido indeferido.
Gabarito mantido.**

INDEFERIDO

Questão 41

Procedem as alegações do recorrente.

A Lei nº 4.771/1965 já foi revogada.

QUESTÃO NULA

DEFERIDO

III

DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo IX do Edital que rege este concurso. Fica reiterado que “*A Banca Examinadora se constitui na última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais*”.

Publique-se,

Fortaleza – CE, 07 de dezembro de 2020.

INSTITUTO CONSULPAM

**PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO-CE
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO
PRELIMINAR**

I

DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes ao cargo **07 – Agente Administrativo**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 001/2020 do CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO-CE.

II

DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS

ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 01

Improcedem as alegações do recorrente.

Prezado candidato, logo no início do texto encontramos a seguinte informação: ***“A febre amarela não era conhecida entre os povos antigos.”*** Deste modo, não podemos afirmar que a tal doença era ***rara*** para os povos antigos, pois eles sequer a conheciam! Perceba que ser ***rara*** e ser ***desconhecida*** são coisas diferentes. Além disso, é importante compreender que, tratando-se de povos/civilizações no âmbito da História, ***povos antigos*** se refere às civilizações da Antiguidade, não às civilizações da Idade Moderna, entre os quais se incluem os maias. Por fim, é importante compreender que as missões dos jesuítas começaram exatamente durante o processo de colonização. Desse modo, **antes da colonização, apenas os povos americanos conheciam os sintomas da febre amarela**, como diz a assertiva da alternativa dada como correta no gabarito. **Assim exposto, INDEFERIMOS a solicitação do recurso.**

Mantém-se, portanto, o gabarito preliminar.

INDEFERIDO

Questão 03

Improcedem as alegações do recorrente.

Prezado candidato, é importante compreender que o vocábulo *certa* “é exclusivamente na língua moderna um pronome indefinido quando antecede um substantivo” (BECHARA, 2009, p. 195)¹, e, como tal, não pode exercer função de qualificador, papel que cabe à classe dos adjetivos, pois, como pronome indefinido, ele é um **quantificador**. De fato, tal vocábulo pode ser substituído por outras formas que apresentem o mesmo significado, assim: **alguma** doença, **uma** doença, **nenhuma** doença, em que o significado se mantém; todavia, a permuta por um elemento qualificador não mantém o mesmo sentido, assim: **bela** doença, **linda** doença, **horrorosa** doença, **abominável** doença, **trágica** doença etc. Assim exposto, **INDEFERIMOS a solicitação do recurso. Mantém-se, portanto, o gabarito preliminar.**

Referências:

1. BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37 ed. ver., ampl. e atual. conforme o novo Acordo Ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

INDEFERIDO

Questão 04

Improcedem as alegações do recorrente.

Prezado candidato, como bem apontado no texto do recurso, a alternativa correta é aquela que diz: “*Caracterizam uma endemia: o local onde ocorre a doença e a recorrência desta*”; ou seja, a assertiva da letra B, conforme o gabarito preliminar. Portanto, a contestação é improcedente. **Assim exposto, INDEFERIMOS a solicitação do recurso. Mantém-se, portanto, o gabarito preliminar.**

INDEFERIDO

Questão 06

Improcedem as alegações do recorrente.

Prezado candidato, logo no início do texto podemos encontrar a seguinte afirmação: “*Só depois da descoberta da América, foi que passou a figurar nos quadros nosológicos*”, a qual evidencia que a febre amarela era já conhecida pelos povos americanos. De fato, o texto não se ocupa de apontar quais entre todos os povos americanos a conheciam, pois, se este fosse o propósito, teria que mencionar DIVERSOS povos existentes nas três Américas, como os inuítes, hopis, os cherokees, os mochicas, os tupis, os tupinambás, os araweté etc., e não apenas os incas, os maias e os astecas, como pretende o candidato. Além disso, **o texto não diz que SOMENTE OS MAIAS conheciam os sintomas da febre amarela**, mas que eles a conheciam. Ademais, é importante considerar que **os maias constituíam uma civilização, isto é, um conjunto de diversos de povos do sul do México e da América central**. O termo *maia* é tempo uma designação coletiva, que inclui povos que partilham, de alguma forma, uma herança cultural e linguística. Assim, esta designação abarca muitas populações, sociedades e grupos étnicos diferentes, cada um com as suas tradições particulares, culturas e identidade histórica. Ora, como a civilização maia era formada por diversos povos, podemos afirmar que **os povos americanos** a conheciam, pois o artigo determinativo plural *os*, além de expressar **TODOS OS povos**, pode expressar também um sentido de **NÃO TODOS OS povos, MAS GRANDE PARTE DE TODOS os povos**, como quando dizemos, por exemplo, que **OS BRASILEIROS SÃO CORDIAIS E GENTIS**: por meio deste enunciado, podemos expressar uma característica comum aos brasileiros, mesmo sem saber se (ou mesmo que saibamos que nem) todos os brasileiros são, de fato, cordiais e gentis. **Assim exposto, INDEFERIMOS a solicitação do recurso. Mantém-se, portanto, o gabarito preliminar.**

INDEFERIDO

Questão 14

Improcedem as alegações do recorrente.

Média = $(9,0 \times 2 + 7,0 \times 2 + 3,0 \times 3 + 8,0 \times 1) / (2 + 2 + 3 + 1) = (18 + 14 + 9 + 8) / 8 = 49 / 8 = 6,12$.

INDEFERIDO

Questão 15

Improcedem as alegações do recorrente.

O Conjunto dos números Racionais engloba o conjunto dos inteiros, os números decimais finitos (Ex: 45,236) e os números decimais infinitos periódicos (que repete uma sequência de algarismos da parte decimal infinitamente), como: “1,3333333”... ; “0,232323...” ; “1,5888...”, chamados também de dízimas periódicas.

INDEFERIDO

Questão 16

Improcedem as alegações do recorrente.

Total de pessoas = $7 + 16 + 26 + 6 = 55$.
Cor azul = $16/55 = 0,29 = 29\%$.

INDEFERIDO

Questão 19

Improcedem as alegações do recorrente.

Este estado consome pouca energia, assim, o computador é iniciado mais rápido e de imediato se volta ao ponto em que parou. Nisso, não será preciso se preocupar se vai perder seu trabalho por causa do esgotamento da bateria, pois o Windows salva automaticamente todo o trabalho e desliga o computador se a bateria estiver com pouca carga. Use o modo de suspensão quando não for usar o computador por algum tempo; por exemplo, ao sair para tomar um café.

INDEFERIDO

Questão 23

Procedem as alegações do recorrente.

O conteúdo cobrado não está previsto em edital.

QUESTÃO NULA

DEFERIDO

Questão 29

Improcedem as alegações do recorrente.

O fordismo foi um modelo de produção industrial utilizado amplamente nos Estados Unidos e revolucionou a produção de automóveis, sendo adaptado para outras indústrias ao longo dos anos. Como o nome já diz, foi um modelo criado pelo idealizador das Indústrias Ford, Henry Ford.

Características do fordismo

Ao adaptar as ideias de Taylor, Ford retirou da fabricação todos os componentes que pudessem ser artesanais, implementando, assim, uma total automatização dos processos industriais. Para isso, algumas características precisam ser explicadas a fim de melhorar o entendimento desse modelo.

Padronização da produção: Henry Ford estabeleceu padrões nos seus automóveis, os modelos T, introduzindo máquinas que cortavam todos os componentes do veículo e os moldavam, diminuindo possíveis erros humanos.

Esteira rolante e linha de montagem: entre as principais inovações de Ford, uma das mais significativas em relação à produção foi a linha de montagem, vinda com uma esteira rolante que levava o produto a ser trabalhado para o operário. Desse modo, o operário ficava parado em sua posição, esperando sua demanda. Com isso, os trabalhadores ficavam submissos a movimentos mecanizados e relativamente simples. Era essa esteira que controlava o tempo de produção na indústria. O trabalhador ficava parado enquanto o automóvel se deslocava até o final da produção, o acabamento.

Diminuição do tempo de produção: ao padronizar os modelos e designar movimentos repetitivos aos seus funcionários, o modelo fordista reduziu amplamente o tempo de produção de um automóvel. Na época, estima-se que, antes de Ford, um veículo demorava, em média, 500 minutos para ficar pronto. Nas fábricas Ford, esse tempo caiu para 2 minutos.

Divisão rígida de tarefas: no processo da esteira, cada trabalhador realizava uma função específica, o que aumentava a produtividade e diminuía os custos.

Barateamento dos produtos e produção em massa: com todas as características acima citadas, os veículos da Ford puderam ser comercializados com preços acessíveis, pois os custos eram baixos. Assim, a alta produtividade com a linha de montagem (esteira) e funções específicas para cada trabalhador popularizaram os os veículos, tornando comum a aquisição do modelo T.

Dito isso, não procede a orientação dos candidatos sobre o tema, visto que na especialização do trabalho de Ford, as responsabilidades eram destruídas conforme a necessidade e a linha de produção. Não há coerência em especialização do trabalho endiabrai-vos rápida de demandas. Ou uma coisa ou outra, logo, a alternativa **DISTRIBUIR AS RESPONSABILIDADES RAPIDAMENTE** reponde à questão, pois NÃO contempla os princípios da teoria em questão.

INDEFERIDO

Questão 30

Procedem as alegações do recorrente.

Ignorar uma vez - não corrige a ortografia da palavra relacionada na caixa Não Encontrada. O Word continuará exibindo a palavra durante a verificação ortográfica.
Ignorar todas - deixa a palavra relacionada na caixa Não Encontrada inalterada durante todas as ocorrências futuras na sessão atual do Word 7.

QUESTÃO NULA

DEFERIDO

Questão 33

Improcedem as alegações do recorrente.

Principais conceitos dentro de segurança do trabalho:

- 1- Acidente.
- 2- Incidente.
- 3- Perigo.
- 4- Risco.
- 5- Dano.
- 6- Saúde.

Responde à questão a alternativa D (prova 01), Alternativa A (prova 2) e B (prova 3).

INDEFERIDO

Questão 34

Improcedem as alegações do recorrente.

Existem os acidentes resultantes das condições inseguras de trabalho, as quais a própria administração do Setor e seus encarregados são responsáveis, pois a eles compete eliminar as causas de acidentes provenientes de condições materiais do próprio estabelecimento. Tais são, por exemplo:

➤ **Equipamento pessoal e vestuário inadequado:**

- Falta de EPI (Equipamento de Proteção Individual), onde e quando forem necessários, pela natureza da tarefa;

➤ **Ambiente de trabalho inadequado:**

- Iluminação deficiente quer natural, quer artificial;
- Ventilação insuficiente para a eliminação de gases, fumos e poeiras provenientes dos processos de fabricação, mas nocivas à saúde do trabalhador;
- Falta de ordem e asseio nos ambiente de trabalho; e
- Arranjo físico inadequado.

➤ **Condições dos edifícios insatisfatórias:**

- Assoalhos e pisos em mau estado e/ou escorregadios;
- Escadas inseguras e sem proteção lateral;
- Ausência ou deficiência de instalação contra incêndios, saída de emergência defeituosa ou mal localizada; e
- Temperatura extrema (quente ou frio).

➤ **Equipamentos defeituosos ou impróprios:**

- Máquinas obsoletas;
- Ausência de protetores nas máquinas ou prensas;
- Ferramentas inadequadas; e
- Instalações elétricas defeituosas.

➤ **Arrumação imprópria do material:**

- Arrumação do material pesado em local alto;
- Barras com pontas salientes;

- Desordem no material guardado;
- Falta de marcação nas passagens; e
- Falta de ordem e de limpeza.

INDEFERIDO

Questão 35

Improcedem as alegações do recorrente.

O conteúdo está previsto em edital:

Noções de Direito Constitucional: Dos Princípios Fundamentais (Art. 1º ao 4º); 2. Dos Direitos e Garantias Fundamentais (Art. 5º ao 11); Da Organização do Estado (Art. 18 a 31; 37 a 41); Da Segurança Pública (Art. 144). Os artigos em referência são da Constituição Federal de 1988.

Noções de Direito Administrativo: Estado, Governo e Administração Pública: conceitos, elementos, poderes, natureza, fins e princípios; Direito Administrativo: conceito, fontes e princípios.

INDEFERIDO

Questão 36

Improcedem as alegações do recorrente.

O conteúdo está previsto em edital:

Serviços Públicos: conceito e princípios.

INDEFERIDO

Questão 37

Procedem as alegações do recorrente.

Conforme o Art. 144 da Constituição Federal (CF) de 1988,

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I - Polícia federal;
- II - Polícia rodoviária federal;
- III – Polícia ferroviária federal;
- IV – Polícias civis;
- V – Polícias militares e corpos de bombeiros militares.
- VI – Polícias penais federal, estaduais e distrital.**

QUESTÃO NULA

DEFERIDO

Questão 39

Improcedem as alegações do recorrente.

O conteúdo está previsto em edital:

Noções de Direito Administrativo: Estado, Governo e Administração Pública: conceitos, elementos, poderes, natureza, fins e princípios; Direito Administrativo: conceito, fontes e princípios.

INDEFERIDO

Questão 40

Improcedem as alegações do recorrente.

A única e exclusiva finalidade de todo ato administrativo é sempre o interesse público.

INDEFERIDO

Questão 41

Improcedem as alegações do recorrente.

Para o CTN, deste modo, Poder de Polícia é a atividade estatal especificamente direcionada ao contribuinte que limita direitos e atividades suas de relevante interesse coletivo, visando à proteção do interesse público maior que possa ser afetado, caso essa manobra restritiva não seja desempenhada.

INDEFERIDO

Questão 43

Improcedem as alegações do recorrente.

São poderes administrativos em sentido próprio, uma vez que consistentes em prerrogativas públicas propriamente ditas: o poder de polícia, poder regulamentar, poder disciplinar, poder de autotutela e o poder hierárquico. Ainda, existem outros que podem ser chamados de poderes em sentido impróprio, representando modos de concretização de regras de atribuição de competência, como é o caso do poder vinculado e do poder discricionário. Rapidamente, discorrer-se-á sobre estes.

Logo, a assertiva I está errada.

Mantém-se o gabarito.

INDEFERIDO

Questão 45

Improcedem as alegações do recorrente.

Os serviços públicos indelegáveis são também conhecidos como serviços públicos próprios. São aqueles que só podem ser prestados diretamente pelo Estado, isto é, por seus órgãos ou agentes ou por autarquias ou fundações públicas. Ex: defesa nacional, segurança interna. Não podem ser delegados a terceiros.

INDEFERIDO



III

DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo IX do Edital que rege este concurso. Fica reiterado que “*A Banca Examinadora se constitui na última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais*”.

Publique-se,

Fortaleza – CE, 07 de dezembro de 2020.

INSTITUTO CONSULPAM

**PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO-CE
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO
PRELIMINAR**

**I
DOS RECURSOS**

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes ao cargo **08 – Motorista CNH AB**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 001/2020 do CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO-CE.

**II
DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS
ANÁLISE DOS RECURSOS**

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 16

Improcedem as alegações do recorrente.

Caro candidato(a), o arredondamento não interfere na resolução da questão, pois todos os itens da referida questão são números inteiros, logo não gera ônus.

INDEFERIDO

Questão 23

Procedem as alegações do recorrente.

O conteúdo cobrado não está previsto em edital.

QUESTÃO NULA

DEFERIDO

Questão 50

Improcedem as alegações do recorrente.

Conforme o DETRAN-PR, “Um vazamento de circuito ocasiona o problema de intermitente no pedal, assim mesmo utilizando uma força maior esse não vai funcionar. **Veja a tabela** abaixo sobre problemas, avarias e soluções.

Referência:

<http://www.detran.pr.gov.br/arquivos/File/habilitacao/manualdehabilitacaomanualdehab parte3.pdf>

INDEFERIDO

III

DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo IX do Edital que rege este concurso. Fica reiterado que “*A Banca Examinadora se constitui na última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais*”.

Publique-se,

Fortaleza – CE, 07 de dezembro de 2020.

INSTITUTO CONSULPAM

**PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO-CE
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO
PRELIMINAR**

I

DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes ao cargo **09 – Motorista CNH D**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 001/2020 do CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO-CE.

II

DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS

ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 23

Procedem as alegações do recorrente.

O conteúdo cobrado não está previsto em edital.

QUESTÃO NULA

DEFERIDO

Questão 32

Improcedem as alegações do recorrente.

Conforme a lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997,

Art. 7º Compõem o Sistema Nacional de Trânsito os seguintes órgãos e entidades:

I - O Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, coordenador do Sistema e órgão máximo normativo e consultivo;

II - Os Conselhos Estaduais de Trânsito - CETRAN e o Conselho de Trânsito do Distrito Federal - CONTRANDIFE, órgãos normativos, consultivos e coordenadores;

III - Os órgãos e entidades executivos de trânsito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

IV - Os órgãos e entidades executivos rodoviários da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

V - A Polícia Rodoviária Federal;

VI - As Polícias Militares dos Estados e do Distrito Federal; e

VII - As Juntas Administrativas de Recursos de Infrações - JARI.

Referências:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9503Compilado.htm

INDEFERIDO

Questão 38

Improcedem as alegações do recorrente.

Conforme a lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997,

Art. 87. Os sinais de trânsito classificam-se em:

I - verticais;

- II - horizontais;
- III - dispositivos de sinalização auxiliar;
- IV - luminosos;
- V - sonoros;
- VI - Gestos do agente de trânsito e do condutor.

Referência:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19503compilado.htm

INDEFERIDO

Questão 49

Improcedem as alegações do recorrente.

Conforme a lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997,

Art. 302. Praticar homicídio culposo na direção de veículo automotor:

Penas - detenção, de dois a quatro anos, e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.

§ 1º No homicídio culposo cometido na direção de veículo automotor, a pena é aumentada de 1/3 (um terço) à metade, se o agente: (Incluído pela Lei nº 12.971, de 2014) (Vigência)

I - não possuir Permissão para Dirigir ou Carteira de Habilitação;

(Incluído pela Lei nº 12.971, de 2014) (Vigência)

II - praticá-lo em faixa de pedestres ou na calçada;

(Incluído pela Lei nº 12.971, de 2014) (Vigência)

III - deixar de prestar socorro, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à vítima do acidente; (Incluído pela Lei nº 12.971, de 2014) (Vigência)

IV - no exercício de sua profissão ou atividade, estiver conduzindo veículo de transporte de passageiros. (Incluído pela Lei nº 12.971, de 2014) (Vigência)

V - (Revogado pela Lei nº 11.705, de 2008)

§ 2º (Revogado pela Lei nº 13.281, de 2016) (Vigência)

§ 3º Se o agente conduz veículo automotor sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência: (Incluído pela Lei nº 13.546, de 2017) (Vigência)

Penas - reclusão, de cinco a oito anos, e suspensão ou proibição do direito de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor. (Incluído pela Lei nº 13.546, de 2017) (Vigência)

Referência:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19503compilado.htm

INDEFERIDO

Questão 50

Improcedem as alegações do recorrente.

Conforme o DETRANPR:

Um vazamento de circuito ocasiona o problema de intermitente no pedal, assim mesmo utilizando uma força maior esse não vai funcionar. Todas as outras alternativas condizem com o problema relatado

Vide a tabela abaixo sobre problemas, avarias e soluções.

Referência:

<http://www.detran.pr.gov.br/arquivos/File/habilitacao/manualdehabilitacaomanualdehab parte3.pdf>

INDEFERIDO

III

DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo IX do Edital que rege este concurso. Fica reiterado que *“A Banca Examinadora se constitui na última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais”*.

Publique-se,

Fortaleza – CE, 07 de dezembro de 2020.

INSTITUTO CONSULPAM

**PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO-CE
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO
PRELIMINAR**

I

DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes ao cargo **10 – Motorista CNH E**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 001/2020 do CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO-CE.

II

DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS

ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 15

Improcedem as alegações do recorrente.

Caro candidato(a), a referida vírgula não tem a função na questão de separar números e sim números e texto, logo não gera dúvidas e ônus na sua resolução. Recurso não aceito.

INDEFERIDO

Questão 23

Procedem as alegações do recorrente.

O conteúdo cobrado não está previsto em edital.

QUESTÃO NULA

DEFERIDO

Questão 24

Improcedem as alegações do recorrente.

- a) ART. 12, parágrafo 2º, da Constituição Federal. Correta.
- b) ART. 12, parágrafo 1º, da Constituição Federal. Incorreta.
- c) ART. 12, I, a, da Constituição Federal. Correta.
- d) ART. 12, parágrafo 3º, II, da Constituição Federal. Correta.

INDEFERIDO

III

DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo IX do Edital que rege este concurso. Fica reiterado que “*A Banca Examinadora se constitui na última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais*”.

Publique-se,

Fortaleza – CE, 07 de dezembro de 2020.

INSTITUTO CONSULPAM

**PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO-CE
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO
PRELIMINAR**

I

DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes ao cargo **11 – Eletricista**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 001/2020 do CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO-CE.

II

DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS

ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 23

Procedem as alegações do recorrente.

O conteúdo cobrado não está previsto em edital.

QUESTÃO NULA

DEFERIDO

III

DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo IX do Edital que rege este concurso. Fica reiterado que “*A Banca Examinadora se constitui na última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais*”.

Publique-se,

Fortaleza – CE, 07 de dezembro de 2020.

INSTITUTO CONSULPAM

**PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO-CE
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO
PRELIMINAR**

I

DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes ao cargo **12 – Engenheiro Ambiental**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 001/2020 do CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO-CE.

II

DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS

ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 14

Improcedem as alegações do recorrente.

Esse cargo sucedeu na Escola Eduardo Alves Ramos onde consta na ata do coordenador que foi comunicado em todas as salas da referida escola a ausência do símbolo (π) na questão em tela, sanando, assim, a provável interferência na resolução da questão.

O problema foi devidamente sanado, tendo em vista que apenas o candidato 507781 impetrou recurso nessa questão.

INDEFERIDO

Questão 28

Procedem as alegações do recorrente.

Conforme a lei 9.605/98,

As penas restritivas de direitos da pessoa jurídica são:

I - suspensão parcial ou total de atividades;

II - interdição temporária de estabelecimento, obra ou atividade;

III - proibição de contratar com o Poder Público, bem como dele obter subsídios, subvenções ou doações.

Responde à questão a alternativa C (prova 01), alternativa B (prova 02) e alternativa A (prova 03).

Referência:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm

DEFERIDO

Questão 29

Improcedem as alegações do recorrente.

Decisão: Manter gabarito

Conforme a lei 9.605/98,

Art. 23. A prestação de serviços à comunidade pela pessoa jurídica consistirá em:

I - custeio de programas e de projetos ambientais;

II - execução de obras de recuperação de áreas degradadas;

III - manutenção de espaços públicos;

IV - contribuições a entidades ambientais ou culturais públicas.

Referência:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm

INDEFERIDO

Questão 31

Improcedem as alegações do recorrente.

Conforme o Decreto Federal nº 6.686/08,

Art. 56. Destruir, danificar, lesar ou maltratar, por qualquer modo ou meio, plantas de ornamentação de logradouros públicos ou em propriedade privada alheia:

Multa de R\$ 100,00 (cem reais) a R\$1.000,00 (mil reais) por unidade ou metro quadrado.

Referência:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6514.htm

INDEFERIDO

Questão 32

Improcedem as alegações do recorrente.

Conforme o Decreto Federal nº 6.686/08,

Art. 8º A multa terá por base a unidade, hectare, metro cúbico, quilograma, metro de carvão-mdc, estéreo, metro quadrado, dúzia, estipe, cento, milheiros ou outra medida pertinente, de acordo com o objeto jurídico lesado.

Art. 10. A multa diária será aplicada sempre que o cometimento da infração se prolongar no tempo.

§ 4º A multa diária deixará de ser aplicada a partir da data em que o autuado apresentar ao órgão ambiental documentos que comprovem a regularização da situação que deu causa à lavratura do auto de infração. (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

Art. 12. O pagamento de multa por infração ambiental imposta pelos Estados, Municípios, Distrito Federal ou Territórios substitui a aplicação de penalidade pecuniária pelo órgão federal, em decorrência do mesmo fato, respeitados os limites estabelecidos neste Decreto.

Art. 13. Reverterão ao Fundo Nacional do Meio Ambiente - FNMA vinte por cento dos valores arrecadados em pagamento de multas aplicadas pela União, podendo o referido percentual ser alterado, a critério dos órgãos arrecadadores. (Redação dada pelo Decreto nº 6.686, de 2008).

Referência:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6514.htm

INDEFERIDO

Questão 33

Improcedem as alegações do recorrente.

Conforme o Decreto Federal nº 6.686/08,
Prescreve em cinco anos a ação da administração objetivando apurar a prática de infrações contra o meio ambiente, contada da data da prática do ato, ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que esta tiver cessado.

Referência:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6514.htm

INDEFERIDO

Questão 38

Improcedem as alegações do recorrente.

Conforme a LEI Nº 12.651,

Art. 4º Considera-se Área de Preservação Permanente, em zonas rurais ou urbanas, para os efeitos desta Lei:

I - as faixas marginais de qualquer curso d'água natural perene e intermitente, excluídos os efêmeros, desde a borda da calha do leito regular, em largura mínima de: (Incluído pela Lei nº 12.727, de 2012).

- a) 30 (trinta) metros, para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;
- b) 50 (cinquenta) metros, para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;
- c) 100 (cem) metros, para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;
- d) 200 (duzentos) metros, para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;
- e) 500 (quinhentos) metros, para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;

II - as áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais, em faixa com largura mínima de:

a) 100 (cem) metros, em zonas rurais, exceto para o corpo d'água com até 20 (vinte) hectares de superfície, cuja faixa marginal será de 50 (cinquenta) metros;

b) 30 (trinta) metros, em zonas urbanas.

Referência:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm#art83

INDEFERIDO

III

DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo IX do Edital que rege este concurso. Fica reiterado que *“A Banca Examinadora se constitui na última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais”*.

Publique-se,

Fortaleza – CE, 07 de dezembro de 2020.

INSTITUTO CONSULPAM

**PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO-CE
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO
PRELIMINAR**

I

DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes ao cargo **13 – Geólogo**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 001/2020 do CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO-CE.

II

DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS

ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 46

Improcedem as alegações do recorrente.

Concordamos com as afirmações sobre a relação intrínseca entre a geoquímica e a geocronologia, bem como a forte influência da primeira sobre o surgimento e desenvolvimento da segunda. Porém, a questão em apreço traz como foco o significado da expressão “Época Metalogenética” cujo descobrimento e definição só foram possíveis a partir da sofisticação e emprego de métodos geocronológicos - datações relativa e absoluta. Portanto, reafirmamos que a resposta correta é: **Concentração de alguns minerais em uma determinada época do tempo geológico, cunhada a partir do emprego de métodos de geocronologia**, pois as análises geoquímicas em si, são incapazes de fornecer informações sobre idades, ficando este trabalho a cargo da geocronologia.

Referências:

BIZZI, L. A.; SCHOBENHAUR, C.; VIDOTTI, R. M.; GONÇALVES, J. H. (Org.)
Geologia, tectônica e recursos minerais do Brasil: textos, mapas e SIG. Brasília:
CPRM: 2003. 692 p.
(Parte III, Capítulo VII)
Link para acesso: <http://rigeo.cprm.gov.br/jspui/handle/doc/5006>

- PEREIRA, Ronaldo Mello. **Apostila Geologia Econômica I.** Setor de Geologia
Econômica & Prospecção Mineral - DGAp/FGEL/UERJ.
Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/56705432/apostila-geologia-economica-i>

INDEFERIDO

III

DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo IX do Edital que rege este concurso. Fica reiterado que “*A Banca Examinadora se constitui na última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais*”.

Publique-se,

Fortaleza – CE, 07 de dezembro de 2020.

INSTITUTO CONSULPAM

**PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO-CE
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO
PRELIMINAR**

I

DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes ao cargo **14 – Geógrafo**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 001/2020 do CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO-CE.

II

DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS

ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 29

Procedem as alegações do recorrente.

Por equívoco, a questão foi gabaritada incorretamente.

Responde à questão a alternativa C (prova 01), a alternativa D (prova 02) e a alternativa A (prova 03).

DEFERIDO



III

DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo IX do Edital que rege este concurso. Fica reiterado que “*A Banca Examinadora se constitui na última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais*”.

Publique-se,

Fortaleza – CE, 07 de dezembro de 2020.

INSTITUTO CONSULPAM

PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO-CE
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO
PRELIMINAR

I

DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes ao cargo **15 – Fiscal Ambiental e Controle Urbano**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 001/2020 do CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO-CE.

II

DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS

ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 04

Improcedem as alegações do recorrente.

Não se pode enquadrar o texto em análise em uma tipologia narrativa. Constata-se, porém, que o texto é predominantemente dissertativo, pois busca estabelecer relações entre fatos e fenômenos com vista a compreender um fenômeno social em uma época específica. O item apontado como gabarito da questão, traduz esse propósito, pois o texto traz expressões como: “No Brasil patriarcal” (em que Brasil ancora o espaço geográfico e patriarcal ancora um momento específico); “como a que Luccock viu no Rio de Janeiro” (em que Rio de Janeiro ancora um espaço específico); “Du Petit-Thouars viu em Santa Catarina, em 1825” (em que “Santa Catarina” e “1825” ancoram um espaço e um momento específicos, respectivamente); e “na capitania das Minas, onde nos princípios do século XVIII” (em que “na capitania das minas ancora um espaço e “século XVIII ancora um tempo). Essa forte ancoragem espacial e temporal aqui exemplificada

enquadram o fenômeno para o qual o texto busca explicação, conforme apontado no gabarito preliminar.

INDEFERIDO

Questão 05

Improcedem as alegações do recorrente.

Conforme argumentação do candidato, as locuções prepositivas em “torno de” e “diante de” apresentam valor espacial. De fato, tais expressões têm sua base de significado em valores semânticos espaciais. Contudo, essas expressões não se limitam a traduzir esse valor. Por metáfora, passaram a exercer na língua outros valores como assunto e causa, por exemplo. No caso em análise, depreende-se pelos sentidos do texto que há uma volúpia que assoma as mães dos “anjinhos”, cuja causa é a morte desses. Desse modo a expressão “em torno de” assume, nesse texto, o sentido de causa e não de espaço. Há de se salientar ainda que a morte não constitui um ambiente, um espaço; no caso do texto em análise, trata-se de um ritual. O mesmo se dá com a expressão “diante de”. O rancor dos índios contra os jesuítas ocorre em razão da morte de columizinhos, ou seja, por causa dessas mortes. Nesse caso a relação de causa é estabelecida pela expressão “diante de”. As expressões “anterior” e “se seguiu” relacionam, cada uma delas, objetos ou eventos que se sucedem no tempo: um estudo realizado antes de outro, em momento precedente; e as mortes posteriores ao contato com os colonizadores. Assim, mantém-se a sequência causa-tempo-causa-tempo como correta

INDEFERIDO

Questão 14

Improcedem as alegações do recorrente.

Esse cargo sucedeu na Escola Eduardo Alves Ramos onde consta na ata do coordenador que foi comunicado em todas as salas dessa escola a ausência do símbolo (π) na questão em tela, sanando, assim, a provável interferência na resolução da questão.

O problema foi devidamente sanado, tendo em vista que apenas o candidato 504449 impetrou recurso nessa questão.

INDEFERIDO

Questão 36

Procedem as alegações do recorrente.

A questão continha 3 afirmativas falsas e apenas uma verdadeira, mas não apresentou nenhuma opção que contemplasse as proposições apontadas.

QUESTÃO NULA

DEFERIDO

Questão 39

Procedem as alegações do recorrente.

O comando da questão solicitou a alternativa INCORRETA. Entretanto, deveria ter solicitado a alternativa CORRETA.

Por esse erro, a questão apresenta 3 alternativas corretas.

QUESTÃO NULA

DEFERIDO

Questão 43

Procedem as alegações do recorrente.

Conforme Lei 8.666, art 65:

Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - **Unilateralmente** pela Administração:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei;

II - Por **acordo** das partes:

- a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;
- b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- c) quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994.

Responde à questão a alternativa D (prova 01), a alternativa A (prova 02) e a alternativa B (prova 03).

DEFERIDO

Questão 44

Improcedem as alegações do recorrente.

Há o entendimento doutrinário e jurisprudencial que é plenamente possível a apreciação de atos administrativos discricionários pelo Poder Judiciário, sendo que esta análise pode ser feita apenas no que diz respeito à legalidade do ato e aos limites de discricionariedade pela Administração no momento da promoção do ato administrativo, excluindo-se a análise do mérito administrativo, e, em sendo o caso, podem os atos serem invalidados por ultrapassarem os limites impostos pela lei ou terem invadido o campo da legalidade, não podendo se falar em lesão ao princípio da separação dos poderes.

INDEFERIDO

Questão 49

Improcedem as alegações do recorrente.

No edital 01/2020, Anexo III – Cargos: Fiscal Auxiliar Ambiental e Controle Urbano, Fiscal Ambiental e Controle Urbano e Arquiteto. Conteúdo: Legislação urbanística federal: instrumentos de **política urbana**, uso do solo, parcelamento e regulação. A Lei nº 10.257/01 Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da **política urbana** e dá outras providências.

O artigo 24 do presente edital informa: “A Legislação com entrada em vigor **após** a data de publicação deste edital, bem como as alterações em dispositivos de lei e atos normativos a ela posteriores não serão objeto de avaliação nas provas do Concurso.”

Portanto, o conteúdo cobrado na questão insere-se no programa de conhecimentos específicos para o cargo.

INDEFERIDO

III

DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo IX do Edital que rege este concurso. Fica reiterado que “A **Banca Examinadora se constitui na última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais**”.

Publique-se,

Fortaleza – CE, 07 de dezembro de 2020.

INSTITUTO CONSULPAM

**PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO-CE
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO
PRELIMINAR**

I

DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes ao cargo **16 – Fiscal Procurador Autárquico**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 001/2020 do CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO-CE.

II

DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS

ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 02

Improcedem as alegações do recorrente.

Embora o texto apresente o caso do Velho da Taipa, em que se aplica o princípio salomônico de justiça, não há crítica a esse procedimento, há apenas o relato do episódio. A bem da verdade, este relato tem o objetivo de exemplificar o poder do patriarca, sem exercer juízo de valor sobre ele; não há, portanto, crítica a esse comportamento tampouco sua valorização como brutal.

INDEFERIDO

Questão 11

Improcedem as alegações do recorrente.

Caro candidato(a), deve-se observar que 150 gostam de picolé e sorvete, então:
 $380 - 150 = 230$ gostam somente de picolé.
 $340 - 150 = 190$ gostam somente de sorvete.

Logo, $230 + 150 + 190 = 570$ gostam de algo.
Com isso $800 - 570 = 230$ que não gostam de nenhum dos dois.
Probabilidade = $230/800 = 23/80$.

INDEFERIDO

Questão 20

Improcedem as alegações do recorrente.

Sobre as disposições constitucionais acerca dos municípios, assinale a alternativa INCORRETA:

Fundamentação:

- a) ART. 31, da Constituição Federal. Correta.
- b) ART. 31, parágrafo 1º, da Constituição Federal. Correta.
- c) ART. 31, parágrafo 2º, da Constituição Federal. Incorreta.
- d) ART. 31, parágrafo 3º, da Constituição Federal. Correta.

INDEFERIDO

Questão 21

Improcedem as alegações do recorrente.

Assunto referente a Fundamentos do Windows (7 e posteriores).

INDEFERIDO

Questão 22

Improcedem as alegações do recorrente.

Assunto referente a Fundamentos do Windows (7 e posteriores).

INDEFERIDO

Questão 26

Improcedem as alegações do recorrente.

Sobre as disposições do Código de Processo Civil, acerca da Contestação, assinale a alternativa CORRETA:

Fundamentação:

- a) ART. 338, caput, do Código de Processo Civil. Incorreta.
- b) ART. 340, caput, do Código de Processo Civil. Incorreta.
- c) ART. 340, parágrafo 2º, do Código de Processo Civil. Correta.
- d) ART. 339, parágrafo 2º, do Código de Processo Civil. Incorreta.

Observação: A questão é inédita. O fato de haverem semelhanças com questões cobradas anteriormente por esta banca, ou por outra, se justifica por estarmos trabalhando com letra de lei e por óbvio, a lei é igual para qualquer examinador.

INDEFERIDO

Questão 27

Improcedem as alegações do recorrente.

Acerca da reconvenção, de acordo com o Código de Processo Civil, analise as alternativas abaixo:

Fundamentação:

- I- ART. 343, caput, do Código de Processo Civil. Correta.
- II- ART. 343, parágrafo 2º, do Código de Processo Civil. Correta.
- III- ART. 343, parágrafo 4º, do Código de Processo Civil. Incorreta.
- IV- ART. 343, parágrafo 6º, do Código de Processo Civil. Correta.

Obs: A questão é inédita! O fato de haverem semelhanças com questões cobradas anteriormente por esta banca ou por outra se justifica por estarmos trabalhando com letra de lei e por óbvio, a lei é igual para qualquer examinador.

INDEFERIDO

Questão 31

Procedem as alegações do recorrente.

A questão utilizou de artigos da CLT que não estão mais vigentes, havendo assim, mais de uma alternativa incorreta. Por esse motivo, decide-se pela anulação.

QUESTÃO NULA

DEFERIDO

Questão 32

Improcedem as alegações do recorrente.

O conteúdo objeto da questão conta no Edital 001/2020 do certame, senão vejamos:

*“Direito Constitucional: **Estado**. Conceito. Elementos. Formas. Norma Constitucional. Natureza. Classificação quanto à eficácia. Aplicabilidade. Interpretação. Poder constituinte. Poder de reforma constitucional. Poder constituinte do Estado-membro. Competência de auto-organização dos Municípios. Organização do Estado. Federação brasileira: Princípios fundamentais. Sistema de distribuição de competência entre a União, os Estados e Municípios. Competências privativas e concorrentes. Competências comuns. Intervenção. Criação dos Estados. Criação dos Municípios. Competência Estadual: legislativa, administrativa, financeira e tributária. Autonomia Municipal. Aspectos políticos, administrativos e financeiros de autonomia municipal. Competências Municipais. Assuntos de interesse local. Competência suplementar. Competência tributária. Competência administrativa. Poder legislativo. Composição. Atribuições. Imunidade e incompatibilidade dos Deputados e Senadores. Comissões. Processo Legislativo. Iniciativa. Discussão, votação, sanção e veto, promulgação e publicação. Competência em razão da matéria. Medidas provisórias. Aprovação e rejeição pelo Congresso Nacional. Efeitos. Procedimentos legislativos. Tribunal de Contas. Competência auxiliar e autonomia. Atribuições: administrativa e jurisdicionais. Direito Constitucional tributário. Princípios. Garantias constitucionais do contribuinte. Poder Executivo. Atribuições. Competência privativa do Poder Executivo. Responsabilidade funcional do Chefe do Poder Executivo. Poder Judiciário. Autonomia. Princípios. Garantias. Justiça Federal. Justiça Estadual. Composição. Competência dos Tribunais. Recurso Extraordinário. Recurso Especial. Funções essenciais à Justiça. Ministério Público. A autonomia funcional. - Advocacia Pública Controle jurisdicional de constitucionalidade. Ação de inconstitucionalidade, inclusive por omissão. Ação de inconstitucionalidade de Lei Municipal. Competência para a propositura Efeitos. Controle Difuso. Direitos e Garantias Fundamentais. Direitos e deveres individuais e*

coletivos. “Habeas Corpus”. Mandado de Segurança Coletivo. “Habeas Data”. Mandado de Injunção. Ação Popular. Direitos Sociais. Representação coletiva. Direito de greve. Nacionalidade e cidadania. Direitos Políticos, Mecanismos de participação popular. Partidos Políticos. Natureza jurídica. Ordem Econômica e Social, Sistemas econômicos. A exploração, pelo Estado, de atividades econômicas. Regime Constitucional das empresas públicas e sociedades de economia mista. Regime constitucional de prestação de serviço público. Atividades monopolizadas. Política urbana. Competências legislativas. Compatibilização vertical das normas aplicáveis. O Plano Diretor e a função social da propriedade urbana. Mecanismos de adequação de propriedade urbana ao cumprimento de sua função social. Usucapião urbana. Parcelamento e ocupação do solo urbano. Competências legislativas. Compatibilização vertical. Distritos industriais. Autorização para implantação, operação e ampliação. Relatório de impacto do Meio Ambiente. Política Agrícola e Fundiária. Função social de propriedade rural. Reforma Agrária. Usucapião. Ordem Social. O Estado e a ordem social. Saúde e Previdência Social. Educação e Cultura. Regramento Constitucional do meio ambiente. Competência legislativa concorrente e suplementar. Regras de compatibilização vertical. Preservação ambiental. Controle de poluição. Preservação dos recursos naturais. Restauração dos elementos destruídos. Tutela ambiental. Ação Popular. Ação Civil Pública: legitimidade ativa do Município. Responsabilidade objetiva por dano ambiental. Patrimônio histórico-cultural. Competência legislativa. Proteção do patrimônio histórico e cultural. O Município e a defesa do patrimônio ambiental e do histórico-cultural. Regime jurídico constitucional dos servidores públicos civis. Acessibilidade aos cargos públicos. Acúmulo. Vedação de vinculações e equiparações. Estabilidade. Disponibilidade. Aposentadoria e revisão de proventos. Aplicabilidade das normas constitucionais aos servidores das três esferas do governo. Responsabilidade civil dos servidores públicos. Demissão do funcionário. A garantia de ampla defesa. Processo Administrativo-disciplinar. o devido processo legal e o princípio do contraditório. Responsabilidade civil do Estado. Fundamentos. pressupostos. Direito de regresso. Responsabilidade civil das concessionárias de serviço público.”

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 34

Procedem as alegações do recorrente.

Item I está incompleto, mas correto. Senão vejamos:

“Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos

imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.”

Item II e III estão corretos, senão vejamos:

“Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

I - soberania nacional;

II - propriedade privada;

III - função social da propriedade;

IV - livre concorrência;

V - defesa do consumidor;

VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;

VII - redução das desigualdades regionais e sociais;

VIII - busca do pleno emprego;

IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.”

Responde à questão a alternativa D (prova 01), a alternativa D (prova 02) e a alternativa D (prova 03).

DEFERIDO

Questão 36

Improcedem as alegações do recorrente.

Gabarito Preliminar: **A**.

O item “a” objeto do recurso está **INCORRETO**.

Vejamos o que diz a doutrina a este respeito.

“Ou seja, a princípio, os atos de polícia são praticados pelo agente público, no exercício de competência discricionária, podendo definir a melhor atuação nos limites e contornos autorizados pela lei.”

Como se pode observar, a administração tem que definir sua atuação nos limites e contornos AUTORIZADOS por lei. Não cabe a ela escolher quem fiscalizar, quando e onde fiscalizar, uma vez que sua atuação mesmo que discricionária tem que obedecer aos limites e autorizações impostas por lei, a questão não traz em seu texto essa informação que é primordial para que seja caracterizado o poder discricionário, fazendo com que ela se torne incorreta.

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 37

Improcedem as alegações do recorrente.

Vejamos a correção item por item.

“I- A Constituição Federal de 1988, por ser a norma maior do nosso ordenamento jurídico, tem o condão de criar tributos. ”

“Como é consabido, a Constituição Federal não cria tributos, apenas outorga Competência para que os entes políticos o façam por meio de leis próprias.”

Alexandre, Ricardo Direito tributário esquematizado / Ricardo Alexandre. – 10. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2016.

“II- O não exercício da competência tributária não a defere a pessoa jurídica de direito público diversa daquela a que a Constituição a tenha atribuído. ”

Vejamos o que diz o Código Tributário Nacional.

Art. 8º O não-exercício da competência tributária não a defere a pessoa jurídica de direito público diversa daquela a que a Constituição a tenha atribuído.

“III- A competência tributária é indelegável, salvo, dentre outros casos previsto em lei, para executar serviços, atos ou decisões administrativas.”

Vejamos o que diz o Código Tributário Nacional.

“Art. 7º A competência tributária é indelegável, salvo atribuição das funções de arrecadar ou fiscalizar tributos, ou de executar leis, serviços, atos ou decisões administrativas em matéria tributária, conferida por uma pessoa jurídica de direito público a outra, nos termos do § 3º do artigo 18 da Constituição.”

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 38

Improcedem as alegações do recorrente.

Sobre o Mandado de Injunção, conforme a Lei 13.300/2016, assinale a alternativa CORRETA:

Fundamentação:

- a) ART. 12, II, da Lei 13.300/2016. Incorreta.
- b) ART. 11, caput, da Lei 13.300/2016. Incorreta.
- c) ART. 10, caput, da Lei 13.300/2016. Correta.
- d) ART. 9, parágrafo 3º, da Leis 13.300/2016. Incorreta.

Obs: A questão é inédita! O fato de haverem semelhanças com questões cobradas anteriormente por esta banca ou por outra se justifica por estarmos trabalhando com letra de lei e por óbvio, a lei é igual para qualquer examinador.

INDEFERIDO

Questão 40

Improcedem as alegações do recorrente.

A questão foi baseada no Código Tributário Nacional- CTN, essa mesma norma serve de base para todas bancas do Brasil. A questão em momento algum foi objeto de plágio, se

formos pensar neste sentido, não poderíamos fundamentar nenhuma questão pela letra da lei. Vejamos o que diz o CTN:

“TÍTULO II

Obrigação Tributária

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 113. A obrigação tributária é principal ou acessória.

§ 1º A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.

§ 2º A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

§ 3º A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária. ”

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 41

Improcedem as alegações do recorrente.

O item “c” objeto do recurso encontra-se CORRETO, a palavra “apenas” na questão não a faz ficar incorreta, de acordo com o Código Tributário Nacional- CTN, vejamos:

Art. 32. O imposto, de competência dos Municípios, sobre a propriedade predial e territorial urbana tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por acessão

física, como definido na lei civil, localizado na zona urbana do Município.

O item “d” objeto do recurso encontra-se INCORRETO, de acordo com o Código Tributário Nacional- CTN, vejamos:

Art. 33. A base do cálculo do imposto é o valor venal do imóvel.

*Parágrafo único. Na determinação da base de cálculo, **não se** considera o valor dos bens móveis mantidos, em caráter permanente ou temporário, no imóvel, para efeito de sua utilização, exploração, aformoseamento ou comodidade.*

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

Questão 44

Improcedem as alegações do recorrente.

A respeito da Prescrição e Decadência, conforme a disciplina do Código Civil, assinale a alternativa INCORRETA:

Fundamentação:

- a) ART. 207, do Código Civil. Correta.
- b) ART. 205, do Código Civil. Correta.
- c) ART. 210, do Código Civil. Incorreta.
- d) ART. 211, do Código Civil. Correta.

INDEFERIDO

Questão 49

Procedem as alegações do recorrente.

Segundo o CC, arts. 79, 80 e 81, as afirmativas: “Consideram-se imóveis para os efeitos legais, os direitos reais sobre imóveis, as ações que os asseguram e o direito à sucessão aberta, no mesmo sentido são considerados imóveis para efeitos legais as edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local.” e

“Consideram-se imóveis para os efeitos legais, os direitos reais sobre imóveis, as ações que os asseguram, e o direito à sucessão aberta. No mesmo sentido são considerados imóveis para efeitos legais as edificações que, separadas do solo, mas conservando a sua unidade, forem removidas para outro local e, também, os direitos reais sobre imóveis quando considerados os materiais provisoriamente separados de um prédio, para nele se reempregarem.” estão corretas.

QUESTÃO NULA.

DEFERIDO

III

DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS** e/ou **INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo IX do Edital que rege este concurso. Fica reiterado que “*A Banca Examinadora se constitui na última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais*”.

Publique-se,

Fortaleza – CE, 07 de dezembro de 2020.

INSTITUTO CONSULPAM

PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO-CE
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO
PRELIMINAR

I

DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes ao cargo **17 – Arquiteto**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 001/2020 do CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO-CE.

II

DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS

ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 09

Improcedem as alegações do recorrente.

O candidato argumenta que não há erro de concordância no item C. No entanto, uma análise mais atenta revela que há no trecho uma estrutura de voz passiva sintética: “[...] se possa diminuir e apagar seus efeitos nocivos.” Sendo uma estrutura de voz passiva sintética, identificamos como sujeito do verbo da voz passiva a expressão “seus efeitos nocivos”. Trata-se de sujeito simples (apenas um núcleo); logo, a concordância de plural deve se estabelecer com o verbo. Assim, a correta redação da sentença deveria ser: “[...] se POSSAM diminuir e apagar seus efeitos nocivos.

INDEFERIDO

Questão 26

Improcedem as alegações do recorrente.

O conteúdo de Layout (ou arranjo físico como descrito na questão) está no programa de conhecimento específicos para o cargo de Arquiteto.

O arranjo físico celular consiste no agrupamento de recursos de transformação em um determinado local da planta com o objetivo de processar uma família de produtos similares. (SLACK, CHAMBERS e JOHNSTON, Ed. Atlas. 2ª ed; São Paulo, 2002)

INDEFERIDO

Questão 27

Improcedem as alegações do recorrente.

O conteúdo de Layout (ou arranjo físico) está no programa de conhecimento específicos para o cargo de Arquiteto.

INDEFERIDO

Questão 28

Improcedem as alegações do recorrente.

O conteúdo de Layout (ou arranjo físico) está no programa de conhecimento específicos para o cargo de Arquiteto.

INDEFERIDO

Questão 29

Improcedem as alegações do recorrente.

O conteúdo de Layout (ou arranjo físico) está no programa de conhecimento específicos para o cargo de Arquiteto.

INDEFERIDO

Questão 30

Procedem as alegações do recorrente.

Conforme art. 38 do Decreto n° 3298/99, a resposta seria “cargo em comissão”, contudo, este artigo foi revogado pelo Decreto n° 9508/18 que não cita mais o cargo em comissão como passível de não provimento pela pessoa portadora de deficiência.

QUESTÃO NULA

DEFERIDO

Questão 39

Improcedem as alegações do recorrente.

A alternativa “D” omite a expressão “(...) ou em sistemas (...)” tornando-se incorreta, conforme item III do parágrafo único do artigo 2º, da Res. N° 21-CAU de 5 de abril de 2012. *(III – de Arquitetura Paisagística, concepção e execução de projetos para espaços externos, livres e abertos, privados ou públicos, como parques e praças, considerados isoladamente ou em sistemas, dentro de várias escalas, inclusive a territorial;)*

INDEFERIDO

Questão 50

Improcedem as alegações do recorrente.

O(A) requerente não fundamenta seu recurso.

Está claro que a NBR 9050/15 faz referência ao número total de sanitários disponíveis para uso, para fins de cálculo dos 5% destinados às pessoas com deficiência.

INDEFERIDO



III

DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo IX do Edital que rege este concurso. Fica reiterado que “*A Banca Examinadora se constitui na última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais*”.

Publique-se,

Fortaleza – CE, 07 de dezembro de 2020.

INSTITUTO CONSULPAM

**PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO-CE
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO
PRELIMINAR**

I

DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes ao cargo **18 – Engenheiro Civil**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 001/2020 do CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO-CE.

II

DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS

ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 03

Improcedem as alegações do recorrente.

Conforme a própria argumentação do candidato e do trecho apontado por ele, o corpo do menino branco era o mais castigado depois do corpo do escravo, depois do corpo do moleque leva-bancadas. Observemos que nesse trecho do texto o autor apresenta escravo e moleque leva-pancadas como sinônimos, ou seja, as duas expressões remetem ao mesmo referente. Confirma-se tal afirmação no próprio trecho apresentado pelo candidato: “Depois do corpo do moleque leva-pancada, que às vezes apanhava por ele e pelo menino branco.” Atenção ao trecho sublinhado, ele reforça a ideia de que o menino escravo apanhava mais do que o menino branco, logo mantém-se a correção do item analisado.

INDEFERIDO

Questão 49

Improcedem as alegações do recorrente.

NBR 9575:2010 – Impermeabilização: Seleção e projeto

3.2

aditivo impermeabilizante

produto adicionado à argamassa ou ao concreto até a quantidade de 1 % em relação ao peso do produto final, para promover propriedades impermeabilizantes

Gabarito mantido.

INDEFERIDO

III

DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo IX do Edital que rege este concurso. Fica reiterado que “*A Banca Examinadora se constitui na última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais*”.

Publique-se,

Fortaleza – CE, 07 de dezembro de 2020.

INSTITUTO CONSULPAM

**PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO-CE
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO
PRELIMINAR**

I

DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes ao cargo **19 – Engenheiro Químico**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 001/2020 do CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO-CE.

II

DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS

ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 12

Improcedem as alegações do recorrente.

Caro candidato(a), a média é calculada pela soma dos valores divididos pela quantidade.

Então,

$$800 = \text{soma}/18$$

$$\text{soma} = 800 \times 18 = 14400.$$

$$\text{média} = (14400 + 550 + 850)/(18 + 2)$$

$$\text{média} = 15800/20 = 790.$$

INDEFERIDO

Questão 28

Improcedem as alegações do recorrente.

O recurso não apresenta argumentações consistentes.

Resolução nº 375/05 – CONAMA – CLASSIFICAÇÃO DOS CORPOS DE ÁGUA

DAS DEFINIÇÕES

Art. 2º Para efeito desta Resolução são adotadas as seguintes definições:

III - águas salinas: águas com salinidade igual ou superior a 30 ‰; = 0,03

INDEFERIDO

Questão 41

Improcedem as alegações do recorrente.

A LEI Nº 7.802, DE 11 DE JULHO DE 1989. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a **classificação**, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, **seus componentes e afins**, e dá outras providências. No artigo 2º consideram-se no inciso I dos agrotóxicos e afins no item a): os produtos e agentes químicos que alteram a composição da fauna e flora e causam danos aos seres vivos. O agrotóxico atrazina encaixa-se dentro dos parâmetros dessa Lei.

INDEFERIDO

Questão 44

Improcedem as alegações do recorrente.

A Resolução CONAMA nº 274, de 29 de novembro de 2000 no artigo 2º, item c), § 4º considera as condições impróprias das águas e estabelece no item e) o intervalo do potencial hidrogeniônico (pH) para essas águas. Análises microbiológicas do artigo 1º item f) também menciona as condições de pH para bactérias do gênero *Enterococcus*. A referida questão aborda o conteúdo de pH e solicita ao concorrente determinar esse potencial hidrogeniônico.

INDEFERIDO

Questão 45

Improcedem as alegações do recorrente.

A RESOLUÇÃO Nº 420, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2009 no Capítulo 1, artigo 6o., inciso IV define: cenário de exposição padronizado: padronização do conjunto de variáveis relativas à liberação das substâncias químicas de interesse, a partir de uma fonte primária ou secundária de contaminação; aos caminhos de exposição e às vias de ingresso no receptor considerado, para derivar os valores de investigação, em função dos diferentes usos do solo. A referida questão trata de uma fonte secundária de contaminação, o gás carbônico oriundo das três reações de combustão; gás esse responsável por reter calor nas camadas mais baixas da atmosfera, desequilibrando o clima, aumentando as médias de temperatura e também diminuindo o pH da água.

INDEFERIDO

Questão 48

Improcedem as alegações do recorrente.

A LEI Nº 7.802, DE 11 DE JULHO DE 1989. Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, **a classificação**, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, **seus componentes e afins**, e dá outras providências. No artigo 2º consideram-se no inciso I dos agrotóxicos e afins no item a): os produtos e agentes químicos que alteram a composição da fauna e flora e causam danos aos seres vivos. O agrotóxico piraclostrobina encaixa-se dentro dos parâmetros dessa Lei.

INDEFERIDO

Questão 49

Improcedem as alegações do recorrente.

O "§o 5o do artigo 6 da Lei número 9.974, de 6 de junho de 2000 diz: “as empresas produtoras e comercializadoras de agrotóxicos, seus componentes e afins, **são responsáveis** pela destinação das embalagens vazias dos produtos por elas fabricados e comercializados, com vistas à sua reutilização, **reciclagem** ou inutilização, obedecidas as normas e instruções dos órgãos registrantes e sanitário-ambientais competentes. A referida questão utiliza uma aplicação de sua reciclagem utilizando um recurso biotecnológico que é a enzima PETase, em concordância com a referida Lei.

INDEFERIDO



III

DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo IX do Edital que rege este concurso. Fica reiterado que “*A Banca Examinadora se constitui na última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais*”.

Publique-se,

Fortaleza – CE, 07 de dezembro de 2020.

INSTITUTO CONSULPAM

**PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO-CE
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO
PRELIMINAR**

I

DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes ao cargo **20 – Cientista Ambiental**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 001/2020 do CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO-CE.

II

DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS

ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 03

Improcedem as alegações do recorrente.

Conforme a própria argumentação do candidato e do trecho apontado por ele, o corpo do menino branco era o mais castigado depois do corpo do escravo, depois do corpo do moleque leva-pancadas. Observemos que nesse trecho do texto o autor apresenta escravo e moleque leva-pancadas como sinônimos, ou seja, as duas expressões remetem ao mesmo referente. Confirma-se tal afirmação no próprio trecho apresentado pelo candidato: “Depois do corpo do moleque leva-pancada, que às vezes apanhava por ele e pelo menino branco.” Atenção ao trecho sublinhado, ele reforça a ideia de que o menino escravo apanhava mais do que o menino branco, logo mantém-se a correção do item analisado.

INDEFERIDO

Questão 06

Improcedem as alegações do recorrente.

A questão em análise pede que o candidato aponte o item que dá continuidade coesa, coerente e gramaticalmente correta ao texto. Assim sendo, há de se observar não somente a correção gramatical, mas também a articulação dos sentidos. No item que traz o trecho “tomou muitas vezes o caráter fracamente sádico”, observemos que a palavra “fracamente” contradiz a argumentação do texto, que expõe de maneira clara o caráter muitas vezes intensamente violento (sádico) e abusivo do patriarca (veja-se, a título de exemplo, o Velho da Taipa). Desse modo, instaura-se uma contradição entre aquilo que o trecho aponta e aquilo que o texto explica, o mais adequado aqui seria: “o caráter francamente (ou fortemente) sádico”.

INDEFERIDO

Questão 09

Improcedem as alegações do recorrente.

O candidato argumenta que não há erro de concordância no item C. No entanto, uma análise mais atenta revela que há no trecho uma estrutura de voz passiva sintética: “[...] se possa diminuir e apagar seus efeitos nocivos.” Sendo uma estrutura de voz passiva sintética, identificamos como sujeito do verbo da voz passiva a expressão “seus efeitos nocivos”. Trata-se de sujeito simples (apenas um núcleo); logo, a concordância de plural deve se estabelecer com o verbo. Assim, a correta redação da sentença deveria ser: “[...] se POSSAM diminuir e apagar seus efeitos nocivos.

INDEFERIDO

Questão 28

Procedem as alegações do recorrente.

Todos os itens estão incorretos.

Conforme a CONAMA 303

Parágrafo único. Na ocorrência de dois ou mais morros ou montanhas cujos cumes estejam separados entre si por distâncias inferiores a quinhentos metros, a Área de Preservação Permanente abrangerá o conjunto de morros ou montanhas, delimitada a

partir da curva de nível correspondente a dois terços da altura em relação à base do morro ou montanha de menor altura do conjunto, aplicando-se o que segue: I - agrupam-se os morros ou montanhas cuja proximidade seja de até quinhentos metros entre seus topos; II - identifica-se o menor morro ou montanha; III - traça-se uma linha na curva de nível correspondente a dois terços deste; e IV - considera-se de preservação permanente toda a área acima deste nível.

Responde à questão a alternativa D (prova 01), a alternativa D (prova 02) e a alternativa D (prova 03).

DEFERIDO

Questão 40

Improcedem as alegações do recorrente.

Todos os itens estão corretos, assim a alternativa D está correta.

Conforme o livro Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos de Luís Enrique Sánchez

(<http://ofitexto.arquivos.s3.amazonaws.com/Avaliacao-de-impacto-ambiental-2ed-DEG.pdf>)

Objetivos da avaliação de impacto ambiental 1. Assegurar que as considerações ambientais sejam explicitamente tratadas e incorporadas ao processo decisório 2. Antecipar, evitar, minimizar ou compensar os efeitos negativos relevantes biofísicos, sociais e outros 3. Proteger a produtividade e a capacidade dos sistemas naturais, assim como os processos ecológicos que mantêm suas funções 4. Promover o desenvolvimento sustentável e otimizar o uso e as oportunidades de gestão de recursos.

Responde à questão a alternativa D (prova 01), a alternativa D (prova 02) e a alternativa D (prova 03).

INDEFERIDO



III

DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo IX do Edital que rege este concurso. Fica reiterado que “*A Banca Examinadora se constitui na última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais*”.

Publique-se,

Fortaleza – CE, 07 de dezembro de 2020.

INSTITUTO CONSULPAM

**PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO-CE
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO
PRELIMINAR**

I

DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes ao cargo **21 – Biólogo**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 001/2020 do CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO-CE.

II

DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS

ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 31

Improcedem as alegações do recorrente.

Conforme consta na Lei 9.605/1998, no tocante aos crimes contra a fauna, o fato de haver uma licença ou autorização não isenta o imputado de cometer crime ambiental, caso impeça a procriação da fauna. Pois como explicitado no § 1º do Art. 29º, mesmo que haja licença ou autorização, caso esteja em desacordo, o ato de impedir a procriação da fauna é configurado como crime ambiental. Deste modo, indefiro o pedido.

GABARITO MANTIDO

INDEFERIDO

Questão 44

Improcedem as alegações do recorrente.

Conforme consta na Resolução Conama 339/2003, os jardins botânicos são áreas protegidas com acesso ao público no todo ou ainda em parte. Logo não é obrigatória que toda área do jardim seja aberta ao público, tendo em vista poder haver pesquisas e projetos em andamento em determinadas áreas. O item “a” afirma que são áreas com acesso ao público no todo, não sendo isso o que consta na referida resolução. Deste modo mantenho o gabarito preliminar indeferindo o recurso.

GARABITO MANTIDO

INDEFERIDO

Questão 47

Improcedem as alegações do recorrente.

A referida questão aborda sobre o metabolismo dos carboidratos, sendo que os metabólitos lactato e etanol podem ser produzidos quando da degradação incompleta de precursores da via glicolítica, como o piruvato. Portanto indefiro o pedido do requerente mantendo o gabarito preliminar.

GARABITO MANTIDO

INDEFERIDO

III

DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS** e/ou **INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo IX do Edital que rege este concurso. Fica reiterado que “*A Banca Examinadora se constitui na última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais*”.

Publique-se,

Fortaleza – CE, 07 de dezembro de 2020.

INSTITUTO CONSULPAM

**PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO-CE
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO
PRELIMINAR**

I

DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes ao cargo **22 – Topógrafo**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 001/2020 do CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO-CE.

II

DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS

ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 23

Improcedem as alegações do recorrente.

- a) ART. 17, parágrafo 1º, da Constituição Federal. Correta
- b) ART. 17, caput, da Constituição Federal. Incorreta.
- c) ART. 17, parágrafo 2º, da Constituição Federal. Incorreta. Observe que o ART fala em “estatutos” e não em “candidaturas”.
- d) ART. 17, parágrafo 4º, da Constituição Federal. Incorreta.

INDEFERIDO

III

DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS** e/ou **INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo IX do Edital que rege este concurso. Fica reiterado que “*A Banca Examinadora se constitui na última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais*”.

Publique-se,

Fortaleza – CE, 07 de dezembro de 2020.

INSTITUTO CONSULPAM

**PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO-CE
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO
PRELIMINAR**

I

DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes ao cargo **23 – Auditor de Controle Interno**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 001/2020 do CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO-CE.

II

DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS

ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 02

Improcedem as alegações do recorrente.

Embora o texto apresente o caso do Velho da Taipa, em que se aplica o princípio salomônico de justiça, não há crítica a esse procedimento, há apenas o relato do episódio. A bem da verdade, este relato tem o objetivo de exemplificar o poder do patriarca, sem exercer juízo de valor sobre ele; não há, portanto, crítica a esse comportamento tampouco sua valorização como brutal.

INDEFERIDO

Questão 03

Improcedem as alegações do recorrente.

Conforme a própria argumentação do candidato e do trecho apontado por ele, o corpo do menino branco era o mais castigado depois do corpo do escravo, depois do corpo do moleque leva-pancadas. Observemos que nesse trecho do texto o autor apresenta escravo e moleque leva-pancadas como sinônimos, ou seja, as duas expressões remetem ao mesmo referente. Confirma-se tal afirmação no próprio trecho apresentado pelo candidato: “Depois do corpo do moleque leva-pancada, que às vezes apanhava por ele e pelo menino branco.” Atenção ao trecho sublinhado, ele reforça a ideia de que o menino escravo apanhava mais do que o menino branco, logo mantém-se a correção do item analisado.

INDEFERIDO

Questão 04

Improcedem as alegações do recorrente.

Não se pode enquadrar o texto em análise em uma tipologia narrativa. Constata-se, porém, que o texto é predominantemente dissertativo, pois busca estabelecer relações entre fatos e fenômenos com vista a compreender um fenômeno social em uma época específica. O item apontado como gabarito da questão, traduz esse propósito, pois o texto traz expressões como: “No Brasil patriarcal” (em que Brasil ancora o espaço geográfico e patriarcal ancora um momento específico); “como a que Luccock viu no Rio de Janeiro” (em que Rio de Janeiro ancora um espaço específico); “Du Petit-Thouars viu em Santa Catarina, em 1825” (em que “Santa Catarina” e “1825” ancoram um espaço e um momento específicos, respectivamente); e “na capitania das Minas, onde nos princípios do século XVIII” (em que “na capitania das minas ancora um espaço e “século XVIII ancora um tempo). Essa forte ancoragem espacial e temporal aqui exemplificada enquadram o fenômeno para o qual o texto busca explicação, conforme apontado no gabarito preliminar.

INDEFERIDO

Questão 06

Improcedem as alegações do recorrente.

A questão em análise pede que o candidato aponte o item que dá continuidade coesa, coerente e gramaticalmente correta ao texto. Assim sendo, há de se observar não somente a correção gramatical, mas também a articulação dos sentidos. No item que traz o trecho “tomou muitas vezes o caráter fracamente sádico”, observemos que a palavra “fracamente” contradiz a argumentação do texto, que expõe de maneira clara o caráter muitas vezes intensamente violento (sádico) e abusivo do patriarca (veja-se, a título de exemplo, o Velho da Taipa). Desse modo, instaura-se uma contradição entre aquilo que o trecho aponta e aquilo que o texto explica, o mais adequado aqui seria: “o caráter francamente (ou fortemente) sádico”.

INDEFERIDO

Questão 08

Improcedem as alegações do recorrente.

O candidato argumenta que na frase “Quebram-se logo **as asas do anjo**”, a expressão em destaque desempenharia a função de objeto direto do verbo “quebrar”. Vejamos! O verbo “quebrar”, conforme o próprio candidato corretamente aponta, é transitivo direto. No entanto, a presença da partícula apassivadora “se” (não partícula expletiva, como salienta o candidato), presente na frase nos indica que a oração está em sua voz passiva sintética. Aliás o próprio candidato faz corretamente a transposição da sentença para a voz passiva analítica, em que a expressão “as asas do anjo” desempenha a função de sujeito. Ora se na voz passiva analítica a expressão em análise desempenha função de sujeito, na voz passiva sintética apresentada no item desempenhará a mesma função. Logo, o item em tela é incorreto, pois indica erroneamente a função de objeto direto para uma expressão que desempenha a função de sujeito.

INDEFERIDO

Questão 09

Improcedem as alegações do recorrente.

O candidato argumenta que não há erro de concordância no item C. No entanto, uma análise mais atenta revela que há no trecho uma estrutura de voz passiva sintética: “[...] se possa diminuir e apagar seus efeitos nocivos.” Sendo uma estrutura de voz passiva sintética, identificamos como sujeito do verbo da voz passiva a expressão “seus efeitos nocivos”. Trata-se de sujeito simples (apenas um núcleo); logo, a concordância de plural

deve se estabelecer com o verbo. Assim, a correta redação da sentença deveria ser: “[...] se POSSAM diminuir e apagar seus efeitos nocivos.

INDEFERIDO

Questão 21

Improcedem as alegações do recorrente.

Para criar a melhor experiência da linha de comando, **PowerShell** agora é o shell de comando de fato no Explorador de Arquivos. Ele substitui o **Prompt de Comando** ("cmd.exe").

O Powershell não era suportado em todas as versões do Windows XP.

INDEFERIDO

Questão 22

Improcedem as alegações do recorrente.

Noções de sistema operacional (ambiente Windows)

ReadyBoost é um recurso embutido no Windows 7 e 8 que tem como função alocar tarefas para uma memória externa ao computador, com o objetivo de diminuir a sobrecarga no disco rígido principal. Ele é útil para computadores com HD cheio e que, por isso, enfrentam problemas de desempenho.

INDEFERIDO

Questão 24

Improcedem as alegações do recorrente.

Servidor de Nomes - Domain Name Server (DNS) é o serviço Internet que tem como objetivo principal a conversão de nomes de máquinas em endereços IPs e vice-versa. As máquinas são agrupadas em domínios, que podem estar contidos em outros domínios, formando assim uma estrutura hierárquica. O domínio www.ufrgs.br denomina a máquina WWW do domínio ufrgs.br e o domínio UFRGS pertence ao domínio br. Este serviço possui uma base de dados distribuída, controlada por servidores de nomes (DNS Server). Cada domínio deve ter um servidor primário e um ou mais servidores secundários

INDEFERIDO

Questão 26

Improcedem as alegações do recorrente.

O gabarito indica letra D. Manter o gabarito.

De acordo com Crepaldi e Crepaldi (2019, p. 38): Auditoria externa/auditoria independente é o processo pelo qual o auditor se certifica de que as demonstrações financeiras representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da empresa”...

“dar credibilidade às demonstrações contábeis e tem como principal cliente o público externo, usuário final da informação”.

INDEFERIDO

Questão 27

Improcedem as alegações do recorrente.

Manter o gabarito.

De acordo com Almeida (2012, p. 6), **Auditor Interno:**

É empregado da empresa auditada;
Menor grau de independência;
Executa auditoria contábil e operacional.

Os principais objetivos são:

Verificar se as normas internas estão sendo seguidas;
Verificar a necessidade de aprimorar as normas vigentes;
Verificar a necessidades de novas normas internas;
Efetuar auditoria das diversas áreas das demonstrações contábeis e em áreas operacionais.

Auditoria Externa:

Não tem vínculo empregatício com a empresa auditada;
Maior grau de independência;
Executa apenas auditoria contábil;

O principal objetivo é emitir um parecer ou opinião sobre as demonstrações contábeis, no sentido de verificar se estas refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa da empresa examinada.

INDEFERIDO

Questão 30

Improcedem as alegações do recorrente.

Manter gabarito

De acordo com Almeida (2012, p 84):

Papéis de trabalho **elaborados pelo auditor:**

Representam papéis de trabalho que o auditor prepara à medida que vai analisando as diversas contas da razão geral da contabilidade, com o objetivo de ter um registro de serviço executado. Os auditores utilizam folhas quadriculadas no caso de papéis de trabalho preparados manualmente. Também são utilizadas folhas blocos para redigir explicações mais longas ou memorandos.

Outros papéis de trabalho:

Carta de confirmação de terceiros de contas bancárias, aplicações financeiras; contas a receber; estoques; seguros; fornecedores a pagar entre outros.

INDEFERIDO

Questão 28

Improcedem as alegações do recorrente.

De acordo com Almeida (2012), p. 142 e 143:

O auditor externo deve estudar algumas áreas da empresa.

A não análise da situação atual do orçamento em comparação com o ocorrido são ações da área orçamentária;

A não análise da situação atual dos processos envolvendo o nome da empresa influencia a área Fiscal e legal;

A não análise dos limites de aprovação das compras impacta o setor de suprimentos; a não análise das causas de devolução de venda impacta o setor de vendas.

INDEFERIDO

Questão 31

Improcedem as alegações do recorrente.

Manter gabarito.

Almeida (2012), p. 142 e 143, afirma:

A falta de informação da área orçamentária pode prejudicar a percepção de situação atual do orçamento em comparação com o incorrido”;

A falta de informação da área fiscal e legal pode comprometer a identificação de situação atual dos processos envolvendo o nome da empresa;

A falta de informação da área de suprimentos pode prejudicar a identificação de problemas de limites de aprovação de compras;

A falta de informação na área de vendas pode comprometer a identificação das causas de das devoluções de vendas.

INDEFERIDO

Questão 32

Improcedem as alegações do recorrente.

Manter gabarito.

De acordo com o questionamento do candidato e com a sua alegação

“Acumular as provas primárias (necessárias) para dar suporte ao parecer do auditor.”
(Alegação do candidato)

Item II da questão:

Acumular provas primárias (necessárias) que poderão ou **não** das suporte ao parecer do auditor”. Se são provas primárias ou necessárias ele, obrigatoriamente, precisa dar suporte ao parecer do auditor.

INDEFERIDO

Questão 33

Improcedem as alegações do recorrente.

Manter o gabarito.

Todos os itens da questão são papéis de trabalho, mas a questão pede os que são **elaborados** pelos auditores.

De acordo com **Almeida** (2012, p 84):

Papéis de trabalho **elaborados pelo auditor**:

Representam papéis de trabalho que o auditor prepara à medida que vai analisando as diversas contas do razão geral da contabilidade, com o objetivo de ter um registro de serviço executado. Os auditores utilizam folhas quadriculadas no caso de papeis de trabalho preparados manualmente. Também são utilizadas folhas blocos para redigir explicações mais longas ou memorandos.

INDEFERIDO

Questão 34

Improcedem as alegações do recorrente.

Manter gabarito

De acordo com **Almeida** (2012, p. 85), os papéis de trabalho podem ser correntes ou permanentes. Papeis de trabalho corrente são papeis de trabalho utilizado somente em um exercício social.

São exemplos Papéis de trabalho correntes: caixa e bancos; estoques; contas a receber; imobilizado; imposto de renda.

São exemplos de Papéis permanentes: estatuto social ou contrato social; cópias de contratos bancários; manuais de procedimentos internos; legislações específicas aplicáveis à empresa auditada.

INDEFERIDO

Questão 37

Improcedem as alegações do recorrente.

Manter o gabarito.

De acordo com **Kohama** (2016, p. 14):

“Administração pública direta é constituída por serviços integrados na estrutura administrativa da presidência da república e dos Ministérios, no âmbito federal e do gabinete do governador e secretárias de Estado, no âmbito estadual, e, na administração municipal, deve seguir estrutura semelhante. “

“A administração direta ou centralizada, portanto, tem a estrutura de uma pirâmide, e no seu ponto mais alto encontra-se a Presidência”

Os I e III tem relação com a administração DIRETA.

“A administração indireta ou descentralizada é aquela atividade administrativa, caracterizada como serviço público ou de interesse público, transferida ou deslocada do Estado, para outra entidade por ele criada ou cuja criação é por ele autorizada.”

O item II tem relação com a administração indireta.

INDEFERIDO

Questão 38

Procedem as alegações do recorrente.

O candidato solicitou alteração do gabarito da para o item **a) Empresas públicas**, pois não se pode considerar que as Sociedades de economia mista (item c) possuam patrimônio próprio e capital **EXCLUSIVAMENTE** governamental.

Senão vejamos, a diferença entre empresa pública e sociedade de economia mista:

Empresa pública é Pessoa Jurídica de Direito Privado, constituída por capital exclusivamente público, aliás, sua denominação decorre justamente da origem de seu capital, isto é, público, e poderá ser constituída em qualquer uma das modalidades empresariais.

Sociedade de Economia Mista é Pessoa Jurídica de Direito Privado, constituída por capital público e privado, por isso ser denominada como mista. A parte do capital público deve ser maior, pois a maioria das ações devem estar sob o controle do Poder Público. Somente poderá ser constituída na forma de S/A. Dessa forma, procede as alegações do recorrente.

Responde à questão a alternativa A (prova 01), a alternativa A (prova 02) e a alternativa A (prova 03).

DEFERIDO

Questão 39

Improcedem as alegações do recorrente.

Manter o gabarito.

Existem dois tipos de controle interno: Contábeis e Administrativos.

De acordo com Crepaldi e Crepaldi (2019, p.277):

“Os controles contábeis compreendem plano de organização e todos os métodos e procedimentos utilizados para salvaguardar o patrimônio e a propriedade dos itens.”

O único item que trata de métodos e procedimentos para salvaguardar o patrimônio é o item D, os demais tem relação com os controles internos administrativos.

Controles Internos administrativos “compreendem o plano de organização e todos os métodos e procedimentos utilizados para proporcionar eficiência às operações, dar Ênfase à política de negócios da empresa, bem como registros financeiros”

INDEFERIDO

Questão 40

Improcedem as alegações do recorrente.

Manter o gabarito na opção setor administrativo.

Almeida (2012, p.58):

“Administração da empresa é responsável pelo estabelecimento do sistema de controle interno, pela verificação de se está sendo seguido pelos funcionários, e por sua modificação, no sentido de adaptá-lo à novas circunstância”.

Nenhum dos outros itens apresentados na questão tem poder sobre o Sistema de Controle Interno da empresa.

INDEFERIDO

Questão 41

Improcedem as alegações do recorrente.

Manter o gabarito.

Conforme Almeida (2012, p. 6):

“O objetivo principal é emitir um parecer ou opinião sobre as demonstrações contábeis, no sentido de verificar se estas refletem adequadamente a posição patrimonial e financeira, o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa da empresa examinada.”

INDEFERIDO

Questão 42 (RETIFICAÇÃO)

Procedem as alegações do recorrente.

Conforme Almeida (2012, p. 21):

“Sociedade Sociais Autônomos são aqueles autorizados por lei, com personalidade de direito privado, com o próprio patrimônio e administração particular, com finalidade específica de assistência ou ensino a certas categorias sociais ou determinadas categorias profissionais, sem fins lucrativos.”

Em seguida, relaciona-se alguns exemplos de entidades de cooperação, compreendidos entre os serviços sociais autônomos:

SESI;
SESC;
SENAI;
SENAC;
SEBRAE;
APS.

Observação: Por erro material a questão 42 (das Provas 02 e 03), foi digitada incorretamente.

Responde à questão a alternativa D (prova 01), a alternativa D (prova 02) e a alternativa D (prova 03).

DEFERIDO

Questão 43

Improcedem as alegações do recorrente.

Manter o gabarito.

A questão pede a que NÃO apresenta relação com a administração municipal. Os itens a, b, c são tal e qual a lei.

CF/88 Art. 31. A fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

§ 1º O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou do Município ou dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios, onde houver.

§ 2º O parecer prévio, emitido pelo órgão competente sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

§ 3º **As contas dos Municípios ficarão, durante sessenta dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, nos termos da lei.**

§ 4º É vedada a criação de Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas Municipais.

INDEFERIDO

Questão 45 (RETIFICAÇÃO)

Imrocedem as alegações do recorrente.

CF/88;

Art. 44. O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Parágrafo único. Cada legislatura terá a duração de quatro anos.

Art. 45. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.

§ 1º O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados. (Vide Lei Complementar nº 78, de 1993)

§ 2º Cada Território elegerá quatro Deputados.

Art. 46. O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.

§ 1º Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos.

§ 2º A representação de cada Estado e do Distrito Federal será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços.

§ 3º Cada Senador será eleito com dois suplentes.

Art. 47. Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e de suas Comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

Responde à questão a alternativa A (prova 01), a alternativa B (prova 02) e a alternativa C (prova 03).

INDEFERIDO

Questão 47

Procedem as alegações do recorrente.

ANULAÇÃO

CF/88

Art. 73. O Tribunal de Contas da União, integrado por nove Ministros, tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional, exercendo, no que couber, as atribuições previstas no art. 96.

§ 1º Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão nomeados dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos:

I - mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade;

II - idoneidade moral e reputação ilibada;

III - notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública;

IV - mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados no inciso anterior.

DEFERIDO

Questão 48

Improcedem as alegações do recorrente.

Manter gabarito.

CF/88;

Conforme Art 73:

§ 2º Os Ministros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos:

I - um terço pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal,

indicados em lista tríplice pelo Tribunal, segundo os critérios de antiguidade e merecimento;

II - dois terços pelo Congresso Nacional.

INDEFERIDO

Questão 50

Procedem as alegações do recorrente.

Por erro material o gabarito da prova 03 foi divulgado de forma divergente das provas 01 e 02. A alternativa correta é: **I e III estão corretas.**

Responde à questão a alternativa D (prova 01), a alternativa A (prova 02) e a alternativa C (prova 03).

DEFERIDO

III

DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo IX do Edital que rege este concurso. Fica reiterado que *“A Banca Examinadora se constitui na última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais”*.

Publique-se,

Fortaleza – CE, 08 de dezembro de 2020.

INSTITUTO CONSULPAM

**PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO-CE
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO
PRELIMINAR**

I

DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes ao cargo **24 – Auditor Fiscal de Tributos**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 001/2020 do CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO-CE.

II

DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS

ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 02

Improcedem as alegações do recorrente.

Embora o texto apresente o caso do Velho da Taipa, em que se aplica o princípio salomônico de justiça, não há crítica a esse procedimento, há apenas o relato do episódio. A bem da verdade, este relato tem o objetivo de exemplificar o poder do patriarca, sem exercer juízo de valor sobre ele; não há, portanto, crítica a esse comportamento tampouco sua valorização como brutal.

INDEFERIDO

Questão 03

Improcedem as alegações do recorrente.

Conforme a própria argumentação do candidato e do trecho apontado por ele, o corpo do menino branco era o mais castigado depois do corpo do escravo, depois do corpo do moleque leva-bancadas. Observemos que nesse trecho do texto o autor apresenta escravo e moleque leva-bancadas como sinônimos, ou seja, as duas expressões remetem ao mesmo referente. Confirma-se tal afirmação no próprio trecho apresentado pelo candidato: “Depois do corpo do moleque leva-pancada, que às vezes apanhava por ele e pelo menino branco.” Atenção ao trecho sublinhado, ele reforça a ideia de que o menino escravo apanhava mais do que o menino branco, logo mantém-se a correção do item analisado.

INDEFERIDO

Questão 04

Improcedem as alegações do recorrente.

Não se pode enquadrar o texto em análise em uma tipologia narrativa. Constata-se, porém, que o texto é predominantemente dissertativo, pois busca estabelecer relações entre fatos e fenômenos com vista a compreender um fenômeno social em uma época específica. O item apontado como gabarito da questão, traduz esse propósito, pois o texto traz expressões como: “No Brasil patriarcal” (em que Brasil ancora o espaço geográfico e patriarcal ancora um momento específico); “como a que Luccock viu no Rio de Janeiro” (em que Rio de Janeiro ancora um espaço específico); “Du Petit-Thouars viu em Santa Catarina, em 1825” (em que “Santa Catarina” e “1825” ancoram um espaço e um momento específicos, respectivamente); e “na capitania das Minas, onde nos princípios do século XVIII” (em que “na capitania das minas ancora um espaço e “século XVIII ancora um tempo). Essa forte ancoragem espacial e temporal aqui exemplificada enquadram o fenômeno para o qual o texto busca explicação, conforme apontado no gabarito preliminar.

INDEFERIDO

Questão 06

Improcedem as alegações do recorrente.

A questão em análise pede que o candidato aponte o item que dá continuidade coesa, coerente e gramaticalmente correta ao texto. Assim sendo, há de se observar não somente a correção gramatical, mas também a articulação dos sentidos. No item que traz o trecho “tomou muitas vezes o caráter fracamente sádico”, observemos que a palavra “fracamente” contradiz a argumentação do texto, que expõe de maneira clara o caráter muitas vezes intensamente violento (sádico) e abusivo do patriarca (veja-se, a título de exemplo, o Velho da Taipa). Desse modo, instaura-se uma contradição entre aquilo que o trecho aponta e aquilo que o texto explica, o mais adequado aqui seria: “o caráter francamente (ou fortemente) sádico”.

INDEFERIDO

Questão 08

Improcedem as alegações do recorrente.

O candidato argumenta que na frase “Quebram-se logo **as asas do anjo**”, a expressão em destaque desempenharia a função de objeto direto do verbo “quebrar”. Vejamos! O verbo “quebrar”, conforme o próprio candidato corretamente aponta, é transitivo direto. No entanto, a presença da partícula apassivadora “se” (não partícula expletiva, como salienta o candidato), presente na frase nos indica que a oração está em sua voz passiva sintética. Aliás o próprio candidato faz corretamente a transposição da sentença para a voz passiva analítica, em que a expressão “as asas do anjo” desempenha a função de sujeito. Ora se na voz passiva analítica a expressão em análise desempenha função de sujeito, na voz passiva sintética apresentada no item desempenhará a mesma função. Logo, o item em tela é incorreto, pois indica erroneamente a função de objeto direto para uma expressão que desempenha a função de sujeito.

INDEFERIDO

Questão 09

Improcedem as alegações do recorrente.

O candidato argumenta que não há erro de concordância no item C. No entanto, uma análise mais atenta revela que há no trecho uma estrutura de voz passiva sintética: “[...] se possa diminuir e apagar seus efeitos nocivos.” Sendo uma estrutura de voz passiva sintética, identificamos como sujeito do verbo da voz passiva a expressão “seus efeitos nocivos”. Trata-se de sujeito simples (apenas um núcleo); logo, a concordância de plural deve se estabelecer com o verbo. Assim, a correta redação da sentença deveria ser: “[...] se POSSAM diminuir e apagar seus efeitos nocivos.

INDEFERIDO

Questão 15

Improcedem as alegações do recorrente.

Caro candidato(a), como se trata de um número do sistema monetário brasileiro, o qual sempre deve iniciar pelo cifrão (R\$), então não há como se confundir R\$ 2 400,00 por 400,00, pois 400,00 não está sendo iniciado pelo cifrão, logo não gera ônus ao candidato. Recurso não aceito.

INDEFERIDO

Questão 22

Improcedem as alegações do recorrente.

ReadyBoost é um recurso do Windows Vista e Windows 7 que usa um pen drive para cache. Isso permite que o Windows Vista ou Windows 7 faça leituras aleatórias do disco com um desempenho que é tipicamente 80-100 vezes mais rápido do que leituras aleatórias de discos rígidos tradicionais.

INDEFERIDO

Questão 23

Improcedem as alegações do recorrente.

Acesso dedicado é o acesso à Internet por empresas de grande porte, onde os computadores ficam conectados permanentemente à rede, conectando as suas redes internas de forma dedicada à Internet. Além disso, todos os servidores encontrados na rede, como Web sites e servidores de FTP, mantêm uma ligação permanente para que os usuários possam acessá-los a qualquer momento. Nesse tipo de ligação, o computador recebe um endereço único de IP pelo qual pode ser localizado.

O acesso via satélite é mais usado em transmissão de tv a cabo, não é viável financeiramente.

INDEFERIDO

Questão 25

Improcedem as alegações do recorrente.

Uma Intranet é a aplicação da tecnologia criada na Internet e do conjunto de protocolos de transporte e de aplicação TCP/IP em uma rede privada, interna a uma empresa. Numa Intranet, não somente a infraestrutura de comunicação é baseada em TCP/IP, mas também grande quantidade de informações e aplicações são disponibilizadas por meio dos sistemas Web (protocolo HTTP) e correio eletrônico.

INDEFERIDO

Questão 26

Improcedem as alegações do recorrente.

O comando da questão pede: “Assinale a opção que **representa apenas a técnica de confirmação com terceiro.**”

Todos os itens fazem parte do trabalho do auditor, mas apenas “Confirmação de empréstimos a pagar com o banco empréstador” tem relação direta com **CONFIRMAÇÃO COM TERCEIROS.**

INDEFERIDO

Questão 28

Improcedem as alegações do recorrente.

De acordo com Almeida (2012, p. 142 e 143):

O auditor externo deve estudar algumas áreas da empresa.

A não análise da situação atual do orçamento em comparação com o ocorrido são ações da área orçamentária;

A não análise da situação atual dos processos envolvendo o nome da empresa influencia a área Fiscal e legal;

A não análise dos limites de aprovação das compras impacta o setor de suprimentos; a não análise das causas de devolução de venda impacta o setor de vendas.

INDEFERIDO

Questão 32

Improcedem as alegações do recorrente.

Foi cobrado de acordo com o edital sobre Administração Pública. Os itens cobrados estão relacionados a Administração direta e administração indireta.

De acordo com Almeida (2012, p. 14 a 15): “Administração direta é constituída dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios”

“Administração direta tem estrutura de uma pirâmide, e no seu ponto mais alto encontra-se a Presidência”.

‘Administração indireta é aquela atividade administrativas transferida ou deslocada do Estado, para outra entidade por ele criada ou cuja a criação é por ele autorizada”

INDEFERIDO

Questão 33

Improcedem as alegações do recorrente.

Art. 4º - A execução fiscal poderá ser promovida contra:

I - o devedor;

II - o fiador;

III - o espólio;

IV - a massa;

V - o responsável, nos termos da lei, por dívidas, tributárias ou não, de pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito privado; e

VI - os sucessores a qualquer título.

A EXECUÇÃO FISCAL PODE SER PROMOVIDA POR DEVEDOR; FIADOR; MASSA; o responsável, nos termos da lei, por dívidas, tributárias ou não,

de pessoas físicas ou pessoas jurídicas de direito privado e os sucessores a qualquer título.

E não somente ao devedor como a questão no item I indica.

INDEFERIDO

Questão 35 (RETIFICAÇÃO)

Procedem as alegações do recorrente.

CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL

Art. 9º É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - instituir ou majorar tributos sem que a lei o estabeleça, ressalvado, quanto à majoração, o disposto nos artigos 21, 26 e 65;

II - cobrar imposto sobre o patrimônio e a renda com base em lei posterior à data inicial do exercício financeiro a que corresponda;

III - estabelecer limitações ao tráfego, no território nacional, de pessoas ou mercadorias, por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais;

IV - cobrar imposto sobre:

Responde à questão a alternativa A (prova 01), a alternativa B (prova 02) e a alternativa C (prova 03).

DEFERIDO

Questão 37

Improcedem as alegações do recorrente.

ISSAI 100 As Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAI) são emitidas pela INTOSAI, a Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores

P. 4 e 5

“Tipos de auditoria do setor público

22. Os três tipos principais de auditoria do setor público são definidos como segue:

Auditoria financeira foca em determinar se a informação financeira de uma entidade é apresentada em conformidade com a estrutura de relatório financeiro e o marco regulatório aplicável. Isso é alcançado obtendo-se evidência de auditoria suficiente e apropriada para permitir o auditor expressar uma opinião quanto a estarem as informações financeiras livres de distorções relevantes devido a fraude ou erro.

Auditoria operacional foca em determinar se intervenções, programas e instituições estão operando em conformidade com os princípios de economicidade, eficiência e efetividade, bem como se há espaço para aperfeiçoamento. O desempenho é examinado segundo critérios adequados, e as causas de desvios desses critérios ou outros problemas são analisados. O objetivo é responder a questões-chave de auditoria e apresentar recomendações para aperfeiçoamento.”

“Auditoria de conformidade foca em determinar se um particular objeto está em conformidade com normas identificadas como critérios. A auditoria de conformidade é realizada para avaliar se atividades, transações financeiras e informações cumprem, em todos os aspectos relevantes, as normas que regem a entidade auditada. Essas normas podem incluir regras, leis, regulamentos, resoluções orçamentárias, políticas, códigos estabelecidos, acordos ou os princípios gerais que regem a gestão financeira responsável do setor público e a conduta dos agentes públicos.”

INDEFERIDO

Questão 38 (RETIFICAÇÃO)

Procedem as alegações do recorrente.

Art. 113. A obrigação tributária é principal ou acessória.

Art. 114. Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.

Art. 121. Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.

Responde à questão a alternativa D (prova 01), a alternativa D (prova 02) e a alternativa A (prova 03).

DEFERIDO

Questão 41

Improcedem as alegações do recorrente.

Crédito Tributário Nacional

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 139. O crédito tributário decorre da obrigação principal e tem a mesma natureza desta.

Art. 140. As circunstâncias que modificam o crédito tributário, sua extensão ou seus efeitos, ou as garantias ou os privilégios a ele atribuídos, ou que excluem sua exigibilidade não afetam a obrigação tributária que lhe deu origem.

Art. 141. **O crédito tributário regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos nesta Lei, fora dos quais não podem ser dispensadas, sob pena de responsabilidade funcional na forma da lei, a sua efetivação ou as respectivas garantias.**

INDEFERIDO

Questão 42

Procedem as alegações do recorrente.

A alternativa dada como correta está incompleta.

QUESTÃO NULA

DEFERIDO

Questão 46

Improcedem as alegações do recorrente.

Isenção

Art. 176. A isenção, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo caso, o prazo de sua duração.

Parágrafo único. A isenção pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares.

Art. 177. Salvo disposição de lei em contrário, a isenção não é extensiva:

I - às taxas e às contribuições de melhoria;

II - aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.

Art. 178 - A isenção, salvo se concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, pode ser revogada ou modificada por lei, a qualquer tempo, observado o disposto no inciso III do art. 104. (Redação dada pela Lei Complementar nº 24, de 1975)

Art. 179. A isenção, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei ou contrato para sua concessão.

§ 1º Tratando-se de tributo lançado por período certo de tempo, o despacho referido neste artigo será renovado antes da expiração de cada período, cessando automaticamente os seus efeitos a partir do primeiro dia do período para o qual o interessado deixar de promover a continuidade do reconhecimento da isenção.

§ 2º O despacho referido neste artigo não gera direito adquirido, aplicando-se, quando cabível, o disposto no artigo 155.

INDEFERIDO

Questão 48

Procedem as alegações do recorrente.

A questão se refere ao artigo 150 da Constituição Federal, entretanto, seu conteúdo ficou incoerente com o texto constitucional quando apresentou as hipóteses de vedações da União, Estados, DF e Municípios, mas não especificou no enunciado que se tratava de tal assunto.

Assim, o enunciado da questão deveria dizer “Sobre as limitações ao poder de tributar, de acordo com a Constituição Federal, é vedado:”.

Pelos motivos acima e prezando pela integridade do concurso, é que decide-se pela anulação.

QUESTÃO NULA

DEFERIDO

Questão 49

Improcedem as alegações do recorrente.

Mantém-se o gabarito preliminar.

A questão afirma: “Assinale a alternativa CORRETA, conforme a Lei 6.830/80, sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa.”

Fundamentação:

- a) ART. 2, parágrafo 2º, da Lei 6.830/80. CORRETA.
- b) ART. 2, parágrafo 6º, da Lei 6.830/80. INCORRETA.
- c) ART. 4, parágrafo 2º, da Lei 6.830/80. INCORRETA.
- d) ART. 11, parágrafo 1º, da Lei 6.830/80. INCORRETA.

INDEFERIDO

Questão 50

Procedem as alegações do recorrente.

Item I está incompleto, mas correto. Senão vejamos:

“Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei. ”

Item II e III estão corretos, senão vejamos:

“Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

- I - soberania nacional;*
- II - propriedade privada;*
- III - função social da propriedade;*

- IV - livre concorrência;*
V - defesa do consumidor;
VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;
VII - redução das desigualdades regionais e sociais;
VIII - busca do pleno emprego;
IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País. ”

Responde à questão a alternativa D (prova 01), a alternativa D (prova 02) e a alternativa D (prova 03).

DEFERIDO

III

DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo IX do Edital que rege este concurso. Fica reiterado que **“A Banca Examinadora se constitui na última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais”**.

Publique-se,

Fortaleza – CE, 08 de dezembro de 2020.

INSTITUTO CONSULPAM

**PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO-CE
DECISÃO DOS RECURSOS CONTRA GABARITO
PRELIMINAR**

I

DOS RECURSOS

Trata-se de recursos interpostos pelos candidatos concorrentes ao cargo **25 – Analista de Sistemas**, que insurgem contra a publicação do GABARITO PRELIMINAR da Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha, conforme disposto no Edital 001/2020 do CONCURSO PÚBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO-CE.

II

DA DISPOSIÇÃO E DOS FUNDAMENTOS

ANÁLISE DOS RECURSOS

Os questionamentos suscitados pelos recorrentes são a seguir analisados:

Questão 02

Improcedem as alegações do recorrente.

Embora o texto apresente o caso do Velho da Taipa, em que se aplica o princípio salomônico de justiça, não há crítica a esse procedimento, há apenas o relato do episódio. A bem da verdade, este relato tem o objetivo de exemplificar o poder do patriarca, sem exercer juízo de valor sobre ele; não há, portanto, crítica a esse comportamento tampouco sua valorização como brutal.

INDEFERIDO

Questão 03

Improcedem as alegações do recorrente.

Conforme a própria argumentação do candidato e do trecho apontado por ele, o corpo do menino branco era o mais castigado depois do corpo do escravo, depois do corpo do moleque leva-bancadas. Observemos que nesse trecho do texto o autor apresenta escravo e moleque leva-bancadas como sinônimos, ou seja, as duas expressões remetem ao mesmo referente. Confirma-se tal afirmação no próprio trecho apresentado pelo candidato: “Depois do corpo do moleque leva-pancada, que às vezes apanhava por ele e pelo menino branco.” Atenção ao trecho sublinhado, ele reforça a ideia de que o menino escravo apanhava mais do que o menino branco, logo mantém-se a correção do item analisado.

INDEFERIDO

Questão 04

Improcedem as alegações do recorrente.

Não se pode enquadrar o texto em análise em uma tipologia narrativa. Constata-se, porém, que o texto é predominantemente dissertativo, pois busca estabelecer relações entre fatos e fenômenos com vista a compreender um fenômeno social em uma época específica. O item apontado como gabarito da questão, traduz esse propósito, pois o texto traz expressões como: “No Brasil patriarcal” (em que Brasil ancora o espaço geográfico e patriarcal ancora um momento específico); “como a que Luccock viu no Rio de Janeiro” (em que Rio de Janeiro ancora um espaço específico); “Du Petit-Thouars viu em Santa Catarina, em 1825” (em que “Santa Catarina” e “1825” ancoram um espaço e um momento específicos, respectivamente); e “na capitania das Minas, onde nos princípios do século XVIII” (em que “na capitania das minas ancora um espaço e “século XVIII ancora um tempo). Essa forte ancoragem espacial e temporal aqui exemplificada enquadram o fenômeno para o qual o texto busca explicação, conforme apontado no gabarito preliminar.

INDEFERIDO

Questão 05

Improcedem as alegações do recorrente.

Conforme argumentação do candidato as locuções prepositivas em “torno de” e “diante de” apresentam valor espacial. De fato, tais expressões têm sua base de significado em valores semânticos espaciais. Contudo, essas expressões não se limitam a traduzir esse valor. Por metáfora, passaram a exercer na língua outros valores como assunto e causa, por exemplo. No caso em análise, depreende-se pelos sentidos do texto que há uma volúpia que assoma as mãos dos “anjinhos”, cuja causa é a morte desses. Desse modo a expressão “em torno de” assume, nesse texto, o sentido de causa e não de espaço. Há de se salientar ainda que a morte não constitui um ambiente, um espaço; no caso do texto em análise, trata-se de um ritual. O mesmo se dá com a expressão “diante de”. O rancor dos índios contra os jesuítas ocorre em razão da morte de columizinhos, ou seja, por causa dessas mortes. Nesse caso a relação de causa é estabelecida pela expressão “diante de”. As expressões “anterior” e “se seguiu” relacionam, cada uma delas, objetos ou eventos que se sucedem no tempo: um estudo realizado antes de outro, em momento precedente; e as mortes posteriores ao contato com os colonizadores. Assim, mantém-se a sequência causa-tempo-causa-tempo como correta

INDEFERIDO

Questão 19

Improcedem as alegações do recorrente.

- I- ART. 5, da Lei 9.784/99. Correta.
- II- ART 7, da Lei 9.784/99. Correta.
- III- ART 8, da Lei 9.784/99. Correta.
- IV- ART 6, parágrafo único, da Lei 9.784/99. Correta.

INDEFERIDO

Questão 21

Improcedem as alegações do recorrente.

Para criar a melhor experiência da linha de comando, **PowerShell** agora é o shell de comando de fato no Explorador de Arquivos. Ele substitui o **Prompt de Comando** ("cmd.exe").

O Powershell não era suportado em todas as versões do Windows XP.

INDEFERIDO

Questão 22

Improcedem as alegações do recorrente.

Noções de sistema operacional (ambiente Windows).

ReadyBoost é um recurso embutido no Windows 7 e 8 que tem como função alocar tarefas para uma memória externa ao computador, com o objetivo de diminuir a sobrecarga no disco rígido principal. Ele é útil para computadores com HD cheio e que, por isso, enfrentam problemas de desempenho.

INDEFERIDO

Questão 23

Improcedem as alegações do recorrente.

Acesso dedicado é o acesso à Internet por empresas de grande porte, onde os computadores ficam conectados permanentemente à rede, conectando as suas redes internas de forma dedicada à Internet. Além disso, todos os servidores encontrados na rede, como Web sites e servidores de FTP, mantêm uma ligação permanente para que os usuários possam acessá-los a qualquer momento. Nesse tipo de ligação, o computador recebe um endereço único de IP pelo qual pode ser localizado.

O acesso via satélite é mais usado em transmissão de tv a cabo, não é viável financeiramente.

INDEFERIDO

Questão 24

Improcedem as alegações do recorrente.

Servidor de Nomes - Domain Name Server (DNS) é o serviço Internet que tem como objetivo principal a conversão de nomes de máquinas em endereços IPs e vice-versa. As máquinas são agrupadas em domínios, que podem estar contidos em outros domínios, formando assim uma estrutura hierárquica. O domínio www.ufrgs.br denomina a máquina WWW do domínioufrgs.br e o domínio UFRGS pertence ao domínio br. Este serviço possui uma base de dados distribuída, controlada por servidores de nomes (DNS Server). Cada domínio deve ter um servidor primário e um ou mais servidores secundários.

INDEFERIDO

Questão 25

Improcedem as alegações do recorrente.

Uma Intranet é a aplicação da tecnologia criada na Internet e do conjunto de protocolos de transporte e de aplicação TCP/IP em uma rede privada, interna a uma empresa. Numa Intranet, não somente a infraestrutura de comunicação é baseada em TCP/IP, mas também grande quantidade de informações e aplicações são disponibilizadas por meio dos sistemas Web (protocolo HTTP) e correio eletrônico.

INDEFERIDO

Questão 27

Improcedem as alegações do recorrente.

Alternativas A e B, fazem alusão a Gerência do processador.
Gerência de memória: tem como objetivo fornecer a cada aplicação uma área de memória própria, independente e isolada das demais aplicações e inclusive do sistema operacional. O isolamento das áreas de memória das aplicações melhora a estabilidade e segurança do sistema como um todo, pois impede aplicações com erros (ou aplicações maliciosas) de interferir no funcionamento das demais aplicações. Além disso, caso a memória RAM existente seja insuficiente para as aplicações, o sistema operacional pode aumentá-la de forma transparente às aplicações, usando o espaço disponível em um meio de armazenamento secundário (como um disco rígido).

INDEFERIDO

Questão 40

Improcedem as alegações do recorrente.

Uma característica fundamental da abordagem de um banco de dados é que o sistema de banco de dados possui não apenas o banco de dados, mas também uma completa definição ou descrição da estrutura desse banco de dados e suas restrições. Essa definição está armazenada no catálogo do SGBD, que contém informações como a estrutura de cada arquivo, o tipo e o formato de armazenamento de cada item de dado e várias restrições sobre os dados. A informação armazenada no catálogo é **chamada metadados** e descreve a estrutura do banco de dados primário.

INDEFERIDO

Questão 43

Improcedem as alegações do recorrente.

Para combinar duas ou mais cadeias de caracteres (atributos ou constantes) e apresentar seu resultado como um atributo da lista do SELECT deve-se usar o operador “||”;

INDEFERIDO

Questão 46

Procedem as alegações do recorrente.

CRISP-DM é a abreviação de Cross Industry Standard Process for Data Mining, que pode ser traduzido como Processo Padrão Interindústrias para Mineração de Dados. É um modelo de processo de mineração de dados que descreve abordagens comumente usadas por especialistas em mineração de dados para atacar problemas.

Enquanto a alternativa correta é a alternativa **Clustering**. Clustering ou análise de agrupamento de dados é o conjunto de técnicas de prospecção de dados (data mining) que visa fazer agrupamentos automáticos de dados segundo o seu grau de semelhança. O critério de semelhança faz parte da definição do problema e, dependendo, do algoritmo. A cada conjunto de dados resultante do processo dá-se o nome de grupo, aglomerado ou agrupamento (cluster).

Responde à questão a alternativa D (prova 01), a alternativa C (prova 02) e a alternativa D (prova 03).

DEFERIDO

Questão 50

Improcedem as alegações do recorrente.

DDL (Data Definition Language – Linguagem de Definição de Dados): Subconjunto utilizado para criar, alterar e excluir tabelas e elementos associados; esse é o grupo que mais muda de um fabricante para outro.

DML (Data Manipulation Language – Linguagem de Manipulação de Dados): Subconjunto dos comandos usados para inserir, atualizar e apagar dados.

DCL (Data Control Language – Linguagem de Controle de Dados): Subconjunto de comandos que controla o acesso dos usuários aos dados.

DTL (Data Transaction Language - Linguagem de Transação de Dados): Subconjuntos de comandos usados para iniciar e finalizar transações.

INDEFERIDO

III

DAS CONCLUSÕES

Diante do exposto, submetido o presente recurso à análise da Banca Examinadora, os mesmos foram julgados **DEFERIDOS e/ou INDEFERIDOS** de acordo com as decisões e fundamentações supra elencadas, com base no Capítulo IX do Edital que rege este concurso. Fica reiterado que “*A Banca Examinadora se constitui na última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais*”.

Publique-se,

Fortaleza – CE, 07 de dezembro de 2020.

INSTITUTO CONSULPAM